

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FABRICIO SCHILLER OLIVEIRA

**ANÁLISE DA DESTINAÇÃO DAS RIQUEZAS CONSTANTES
NAS DVA's: ESTUDO DE CASO NAS EMPRESAS DO SETOR DE
MATERIAIS BÁSICOS.**

**FLORIANÓPOLIS
2009**

FABRICIO SCHILLER OLIVEIRA

**ANÁLISE DA DESTINAÇÃO DAS RIQUEZAS CONSTANTES
NAS DVA's: ESTUDO DE CASO NAS EMPRESAS DO SETOR DE
MATERIAIS BÁSICOS.**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Darci Schnorrenberger, Dr.

**FLORIANÓPOLIS
2009**

FABRICIO SCHILLER OLIVEIRA

**ANÁLISE DA DESTINAÇÃO DAS RIQUEZAS CONSTANTES NAS DVA's: ESTUDO
DE CASO NAS EMPRESAS DO SETOR DE MATERIAIS BÁSICOS.**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média _____, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, 23 de junho de 2009.

Professora Valdirene Gasparetto
Coordenadora de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Professor Orientador Darci Schnorrenberger, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Elisete Dahmer Pfitscher, Dra.
Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Maria Denize Henrique Casagrande, Dra.
Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2009

Dedico este trabalho a minha família e amigos, em especial aos meus pais Luiz Carlos e Margarida, pois sem eles este objetivo de minha vida não seria alcançado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por ter me guiado pelo caminho do bem, fazendo com que eu não desistisse de meus sonhos.

Ao meu orientador, professor Dr. Darci Schnorrenberger, por acreditar, desde o início, neste trabalho e provar que podemos, com dedicação e esforço, alcançar nossos objetivos.

Aos meus pais, Luiz Carlos e Margarida, que me apoiaram dando-me toda força no momento em que eu mais precisava, tornando minha vida repleta de sonhos já concluídos e tendo oportunidades de sonhar ainda mais.

À minha namorada, Maria Eduarda, pelo Amor dedicado a mim e pelo respeito e atenção nos momentos em que eu precisava.

A todos os meus amigos que estiveram ao meu lado nos momentos de glória e de dificuldades.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse realizado.

Não tentes ser bem sucedido, tenta antes ser um homem de valor.

Albert Einstein

RESUMO

OLIVEIRA, Fabricio Schiller. **Análise da destinação das riquezas constantes nas DVA's:** Estudo de caso nas empresas do setor de Materiais Básicos. 77 f. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Orientador: Professor Dr. Darci Schnorrenberger

A riqueza de uma nação é criada pelo conjunto de organizações que a compõem. A DVA mostra a contribuição de cada organização nesta geração e para onde esta riqueza foi destinada. O presente trabalho teve como objetivo analisar e evidenciar a destinação das riquezas constantes nas Demonstrações do Valor Adicionado (DVA's) em empresas do Setor de Materiais Básicos, divulgados na BM&FBOVESPA entre os anos de 2004 a 2008. Buscou-se identificar quanto representa o valor agregado pelas empresas da amostra; avaliar a participação dos agentes na distribuição de riqueza; verificar a evolução das destinações para cada agente econômico; e comparar os perfis da distribuição de riqueza realizada pelos diferentes segmentos do setor de Materiais Básicos. Esta pesquisa de caráter descritivo fez uso da abordagem qualitativa e quantitativa e utilizou a análise de conteúdo para interpretação das DVA's das empresas. Para chegar aos valores relativos referentes à quantidade de valor adicionado destinado a distribuição, calculou-se primeiramente o valor distribuído por cada empresa participante deste estudo, através do quociente entre o valor adicionado total a distribuir e o valor da receita. Por fim, verificou-se como se apresenta no decorrer dos anos a distribuição entre os elementos que participam da criação da riqueza gerada. Dentre os resultados, constatou-se que em média as empresas destinaram como valor adicionado, aproximadamente quarenta por cento da riqueza auferida; a categoria Governos foi a mais remunerada, já capital de terceiros e capital próprio foram as que sofreram maiores variações; os segmentos de Minerais Metálicos e Siderurgia foram os que mais remuneraram, em termos relativos, os acionistas e governos. Conclui-se que o ano de 2008 foi o ano mais atípico de todo o período analisado, devido ao prejuízo contabilizado por algumas empresas, possivelmente fruto da crise econômica mundial ocorrida no mesmo ano.

Palavras-chave: Análise das DVA's. Evidenciação da destinação das riquezas. Empresas do setor de Materiais Básicos.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Geração de Riqueza por Empresa em 2004.....	41
Gráfico 2: Distribuição do valor adicionado em 2004.....	42
Gráfico 3: Geração de Riqueza por Empresa em 2005.....	44
Gráfico 4: Distribuição do valor adicionado em 2005.....	45
Gráfico 5: Geração de Riqueza por Empresa em 2006.....	46
Gráfico 6: Distribuição do valor adicionado em 2006.....	48
Gráfico 7: Geração de Riqueza por Empresa em 2007.....	50
Gráfico 8: Distribuição do valor adicionado em 2007.....	51
Gráfico 9: Geração de Riqueza por Empresa em 2008.....	52
Gráfico 10: Distribuição do valor adicionado em 2008.....	54
Gráfico 11: Geração de Riqueza por Empresa em todo o período analisado.....	56
Gráfico 12: Distribuição Média por Elemento no período.....	58
Gráfico 13: Evolução da Distribuição no período.....	60
Gráfico 14: Geração de Riqueza por Segmento em todo o período analisado.....	62
Gráfico 15: Distribuição do valor adicionado por Segmento.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População da Pesquisa.....	18
Quadro 2: Amostra da Pesquisa.....	19
Quadro 3: Objetivos do Balanço Social.....	25
Quadro 4: Valor Adicionado – Etapas que geram receitas	30
Quadro 5: Cálculo total do Valor Adicionado.....	31
Quadro 6: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado elaborado pelo CPC.....	35
Quadro 7: Instruções para Preenchimento da DVA – Geração de Riqueza.....	36
Quadro 8: Instruções para Preenchimento da DVA – Distribuição por Partes Interessadas.....	37
Quadro 9: Distribuição do valor adicionado em 2008.....	55
Quadro 10: Distribuição do valor adicionado por segmento de atuação	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
DVA's	Demonstrações do Valor Adicionado
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
JCP	Juros sobre o Capital Próprio
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	14
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	Objetivo Geral.....	15
1.2.2	Objetivos Específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	15
1.4	METODOLOGIA.....	16
1.4.1	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	17
1.4.2	UNIVERSO E AMOSTRA DE PESQUISA	17
1.4.3	PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO E ANÁLISE DOS DADOS. 19	
1.5	LIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	20
1.6	ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS	20
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1	RESPONSABILIDADE SOCIAL	22
2.2	BALANÇO SOCIAL	23
2.2.1	Aspectos Conceituais.....	24
2.2.2	O Balanço Social francês - o primeiro no mundo	26
2.2.3	O Balanço Social em outros países	27
2.2.4	O Balanço Social no Brasil	28
2.3	VALOR ADICIONADO	29
2.3.1	Conceito Econômico.....	29
2.3.2	Conceito Contábil	31
2.4	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	32
2.4.1	A Importância dessa demonstração	33
2.4.2	Elaboração da DVA	34
2.4.3	Estrutura da DVA.....	35
2.4.4	Tratamento dos elementos que compõem a DVA	36
2.4.5	Agentes de distribuição de riqueza.....	39
3	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	41

3.1	VALOR ADICIONADO ANO 2004	41
3.1.1	Distribuição do Adicionado por agente econômico – Ano 2004	42
3.2	VALOR ADICIONADO ANO 2005	43
3.2.1	Distribuição do Adicionado por agente econômico – Ano 2005	45
3.3	VALOR ADICIONADO ANO 2006	46
3.3.1	Distribuição do Adicionado por agente econômico – Ano 2006	47
3.4	VALOR ADICIONADO ANO 2007	49
3.4.1	Distribuição do Adicionado por agente econômico – Ano 2007	51
3.5	VALOR ADICIONADO ANO 2008	52
3.5.1	Distribuição do Adicionado por agente econômico – Ano 2008	53
3.6	VALOR ADICIONADO DE TODO O PERÍODO ANALISADO	56
3.6.1	DISTRIBUIÇÃO MÉDIA DO PERÍODO POR ELEMENTO	57
3.6.2	Pessoal	58
3.6.3	Governos	59
3.6.4	Terceiros.....	59
3.6.5	Acionistas	59
3.7	EVOLUÇÃO DA DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	60
3.8	VALOR ADICIONADO POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO	61
3.8.1	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO	62
4	CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	65
4.1	CONCLUSÕES.....	65
4.2	OPINIÃO DO PESQUISADOR	67
4.3	SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	67
	REFERÊNCIAS.....	69
	APÊNDICE A	73

1 INTRODUÇÃO

A identificação dos atos e fatos ocorridos em uma entidade, assim com a sua mensuração e comunicação são os três grandes desafios da Contabilidade. Segundo Iudícibus (2000, p. 23), o objetivo primordial da Contabilidade pode ser definido como o “[...] fornecimento de informações econômicas para vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

Um das formas de resolver o desafio da comunicação é através da elaboração e divulgação das demonstrações contábeis como o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e as Notas Explicativas.

São essas as demonstrações que atendem, nem sempre de forma satisfatória, as necessidades da maioria dos usuários das informações fornecidas pela Contabilidade, sejam eles empregados, sócios, acionistas, financiadores, governo, administradores e fornecedores.

Atualmente, existe necessidade de ter informações sobre a geração de riquezas e a contribuição da empresa para a economia do País como um todo, porém as demonstrações tradicionais não geram essas informações detalhadamente, e no contexto da crescente preocupação com as práticas de responsabilidade social, surge a importância da publicação do Balanço Social.

O Balanço Social contém um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas no cumprimento de sua função social junto aos seus funcionários, ao governo e às comunidades com quem interagem, direta e indiretamente.

Dentre as quatro vertentes do Balanço Social (Recursos Humanos, Ambiental, Relações com a Sociedade e Valor Adicionado), destaca-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). “A DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição.” (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2003, p.32)

A publicação do Balanço Social, assim como a DVA era facultativa. Embora não houvesse qualquer exigência legal, as empresas eram solicitadas pela sociedade a informarem sua política em relação ao meio ambiente. No caso de recursos humanos, precisavam verificar o cumprimento das legislações trabalhistas e demonstrar sua importância para o meio em que estão inseridas.

Porém com a Lei nº 11.638/2007 a elaboração e publicação da Demonstração do Valor Adicionado foi segregada do Balanço Social e tornou-se obrigatória para as companhias abertas e empresas de grande porte.

A DVA é uma resposta as novas necessidades dos usuários da informação contábil, pois reforça o processo de evidenciação cujo objetivo é demonstrar a maneira como foi gerada a riqueza e como ela foi distribuída entre os diversos agentes econômicos da sociedade. Ou seja, evidencia quanto de valor a empresa agrega durante o processo produtivo e sua respectiva distribuição para os agentes econômicos.

Os agentes econômicos são componentes da sociedade responsáveis pela geração de riqueza, que também são beneficiados pela distribuição, ou seja, são responsáveis pela articulação, consumo, distribuição e investimento dentro do processo produtivo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A informação do valor adicionado gerado por uma entidade é útil para uma série de usuários, pois ela só conseguirá manter o pagamento de funcionários, tributos, juros e dividendos se criar riqueza. Além disso, para a maioria dos usuários, a DVA demonstra melhor do que a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) a função da empresa de produzir bens e serviços a eles e agregar valor.

Santos (1999, p. 98) observa que a DVA “[...] deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como da distribuição da riqueza”.

A DVA também pode relacionar a Contabilidade financeira da organização com a economia nacional, pois o PIB é calculado através da somatória do valor adicionado por todas as entidades econômicas do país em um determinado período.

Segundo Ribeiro (2008, p. 91):

O conhecimento da riqueza que será gerada e agregada por uma empresa aos seus fatores de produção, por influenciar diretamente na formação do Produto Interno Bruto (PIB), tem sido fator decisivo em alguns países emergentes quando se analisa a possibilidade de autorização de implantação em seu território de empresa transnacional. Essa autorização, portanto, fica sempre condicionada à informação de como a empresa interessada irá agregar valores à economia do país ou da região em que pretende se instalar.

Nesse contexto, o valor adicionado para distribuição, evidenciado pela DVA, possui conteúdo informacional e dessa forma é relevante para os investidores da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), além de ser relevante para uma série de colaboradores conforme já citado anteriormente, o que legitima o legislador que instituiu a obrigatoriedade da publicação da DVA no conjunto das demonstrações financeiras publicadas pelas companhias abertas e de grande porte.

Devido à importância das informações geradas pela referida demonstração, a problemática desta pesquisa fica resumida na seguinte questão-problema:

Qual o destino das riquezas geradas pelas empresas do setor de Materiais Básicos da BM&FBOVESPA?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo da pesquisa é identificar a destinação das riquezas geradas pelas empresas do setor de Materiais Básicos listadas na BM&FBOVESPA.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, apresenta-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar quanto representa o valor agregado pelas empresas da amostra;
- b) Avaliar a participação dos agentes na distribuição de riqueza pelas empresas da amostra;
- c) Verificar a evolução das destinações para cada agente econômico; e
- d) Comparar os perfis da distribuição de riqueza realizada pelos diferentes segmentos do setor de Materiais Básicos.

1.3 JUSTIFICATIVA

Embora a obtenção de lucros ainda seja uma característica fundamental à continuidade das entidades, as relações sociais existentes com a globalização de mercados exigem conhecimento adicional de como determinada empresa agrega valor à economia do país, ou do meio onde está inserida, tornando o acesso a informação um diferencial competitivo.

A Demonstração do Valor Adicionado tem a função de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada, e a distribuição dessa riqueza entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua geração.

Para Neves e Viceconti (2005) a DVA evidencia o valor e a efetiva distribuição das riquezas geradas pela empresa. Esta evidenciação representa uma importante ferramenta para usuários internos e externos, e não pode ser obtida com clareza nas demonstrações financeiras Tradicionais. Por esse motivo é que a DVA está ganhando cada vez mais importância.

O Valor Adicionado constitui-se da receita de venda deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. É, portanto, o quanto a entidade contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Para Reis (2008, p. 128):

[...] uma das formas de se avaliar a riqueza de um país, é por meio do cálculo do valor adicionado (ou agregado). O PIB é justamente a somatória do valor adicionado por todas entidades econômicas do país em um determinado período. Nesses termos, quanto maior o número de empresas que elaborem esse tipo de demonstrativo, mais corretas e precisas serão as medições desses agregados macroeconômicos, tão importantes para a definição das políticas governamentais.

Algumas organizações espontaneamente demonstram seu interesse ou desenvolvem trabalhos no sentido de levar aos usuários uma informação de melhor qualidade, através do melhoramento dos seus relatórios ou de informações mais completas.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) incentiva e apóia a divulgação voluntária de informações de natureza social, tendo emitido o Parecer de Orientação CVM nº 24/92 sobre a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado.

No entanto a partir de 2008, após a publicação da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, que alterou e revogou os dispositivos da Lei nº 6.404/76, é obrigatória a publicação da DVA para todas as sociedades anônimas de capital aberto e grandes empresas.

1.4 METODOLOGIA

Esta seção se destina a descrever o universo e amostra da pesquisa, o enquadramento metodológico e o procedimento para análise e coleta dos dados do valor adicionado nas DVA's.

Para Silveira (2004, p. 107), “nesta etapa do trabalho científico, descrevem-se,

principalmente, os métodos e os procedimentos que foram utilizados na pesquisa, permitindo aumentar a compreensão do estudo realizado e assegurar a réplica científica”.

1.4.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

É por intermédio da pesquisa que novos conhecimentos são adquiridos e contribuições são apresentadas sobre o tema em discussão. Segundo Gil (2007, p. 17), a pesquisa é o “procedimento racional sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Para a elaboração da fundamentação teórica do estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se livros, artigos científicos, revistas, jornais, monografias, e textos publicados na Internet, além de documentos das empresas pesquisadas.

Este estudo se enquadra como uma pesquisa de natureza exploratória, pois de acordo com Silva (2006, p.59), “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”, e também tem caráter descritivo quanto ao seu objetivo, pois se propõe a ressaltar a observação dos componentes do fenômeno estudado, onde o autor não manipula os dados, mas os descreve, registra, analisa e os correlaciona (CERVO e BERVIAN, 1983). Nesse contexto, este estudo proporciona conhecimento do problema descrevendo como as empresas do setor de Materiais Básicos destinam o valor por elas agregado.

Quanto à abordagem, faz-se uso de abordagem qualitativa e quantitativa dos dados. Segundo Beuren et al (2006), as pesquisas com enfoque qualitativo abordam um problema visando conhecer a natureza de um fenômeno social. Por outro lado, Silva (2006) argumenta que a pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificado. A fonte de coleta dos dados é de natureza secundária.

1.4.2 UNIVERSO E AMOSTRA DE PESQUISA

A BM&FBOVESPA em seu *site*, no dia 15 de Abril de 2009, apresentava 58 empresas listadas no setor de Materiais Básicos. Assim, a amostra inicial é representada pelo Quadro 1.

Nº	RAZÃO SOCIAL	Nº	RAZÃO SOCIAL
1	ANGLO FERROUS BRAZIL S.A.	30	PRONOR PETROQUIMICA S.A.
2	CENTENNIAL ASSET CORUMBA PART MINER S.A.	31	QUATTOR PETROQUIMICA S.A.
3	CENTENNIAL ASSET PARTICIP.AMAPA S.A.	32	UNIPAR UNIAO DE IND PETROQ S.A.
4	CENTENNIAL ASSET PARTICIP.MINAS-RIO S.A.	33	FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A.- FOSFERTIL
5	CIA VALE DO RIO DOCE	34	FERTILIZANTES HERINGER S.A.
6	LITEL PARTICIPACOES S.A.	35	NUTRIPLANT INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
7	MMX MINERACAO E METALICOS S.A.	36	YARA BRASIL FERTILIZANTES S.A.
8	ACOS VILLARES S.A.	37	MILLENNIUM INORGANIC CHEMICALS BR S.A.
9	CIA FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA	38	QGN PARTICIPACOES S.A.
10	CIA SIDERURGICA NACIONAL	39	DURATEX S.A.
11	GERDAU S.A.	40	EUCATEX S.A. INDUSTRIA E COMERCIO
12	METALURGICA GERDAU S.A.	41	SATPEL INDUSTRIAL S.A.
13	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	42	ARACRUZ CELULOSE S.A.
14	VICUNHA SIDERURGIA S.A.	43	CELULOSE IRANI S.A.
15	CONFAB INDUSTRIAL S.A.	44	CIA MELHORAMENTOS DE SAO PAULO
16	FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL	45	KLABIN S.A.
17	MANGELS INDUSTRIAL S.A.	46	MELPAPER S.A.
18	METALURGICA DUQUE S.A.	47	SANTHER FAB DE PAPEL STA THEREZINHA S.A.
19	PANATLANTICA S.A.	48	SUZANO HOLDING S.A.
20	SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	49	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
21	TEKNO S.A. - INDUSTRIA E COMERCIO	50	VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.
22	CARAIBA METAIS S.A.	51	DIXIE TOGA S.A.
23	ELUMA S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	52	METALGRAFICA IGUACU S.A.
24	PARANAPANEMA S.A.	53	PETROPAR S.A.
25	BRASKEM S.A.	54	RIMET EMPREEND INDS E COMERCIAIS S.A.
26	ELEKEIROZ S.A.	55	CIA PROVIDENCIA INDUSTRIA E COMERCIO
27	GPC PARTICIPACOES S.A.	56	MAGNESITA REFRACTORIOS S.A.
28	M G POLIESTER S.A.	57	SANSUY S.A. INDUSTRIA DE PLASTICOS
29	PETROQUIMICA UNIAO S.A.	58	TRORION S.A.

Quadro 1: População da Pesquisa

Fonte: Dados pesquisados

Para obter uma qualidade maior e também uma homogeneidade no estudo, as empresas da amostra que nos documentos analisados não divulgaram, em um ou mais anos, os dados pertinentes para realização deste trabalho, foram excluídas para não comprometer os resultados.

Diante disto, a amostra efetiva ficou definida em 12 empresas. Conforme Quadro 2, para todos os anos de 2004 a 2008, adotou-se a classificação numérica de 1 a 12 para as empresas da amostra final e efetiva.

Nº	RAZÃO SOCIAL	SUBSETOR
1	CIA VALE DO RIO DOCE	Minerais Metálicos
2	ACOS VILLARES S.A.	Siderurgia
3	CIA SIDERURGICA NACIONAL	Siderurgia
4	GERDAU S.A.	Siderurgia
5	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	Siderurgia
6	BRASKEM S.A.	Petroquímicos
7	FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A.- FOSFERTIL	Fertilizantes e Defensivos
8	ARACRUZ CELULOSE S.A.	Papel e Celulose
9	CELULOSE IRANI S.A.	Papel e Celulose
10	KLABIN S.A.	Papel e Celulose
11	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Papel e Celulose
12	VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.	Papel e Celulose

Quadro 2: Amostra da Pesquisa
Fonte: Dados pesquisados

O *site* da BM&FBOVESPA disponibiliza para toda sociedade as informações utilizadas para o estudo, não sendo então necessário sigilo quanto ao nome das empresas estudadas. Por outro lado, as informações por ela divulgadas são de responsabilidade das empresas.

1.4.3 PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados dos anos de 2004 a 2007, quando a elaboração e divulgação da DVA eram facultativas, foram retirados das Notas Explicativas divulgadas pelas empresas participantes da amostra definida para o estudo. Apenas a empresa Celulose Irani apresentava a DVA nos Relatórios da Administração.

No presente trabalho utilizam-se os valores encontrados sem discriminar os subitens, apenas alocando-os em suas devidas categorias gerais. Isso ocorre, pois a elaboração e publicação da DVA tornou-se obrigatória a partir da Lei nº.11.638/07, assim até o ano de 2007 as formas de divulgação da mesma são variadas.

Sobre a distribuição da riqueza o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC - (2008, p. 11) afirma que “a segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída”. Ainda segundo o CPC, os principais agentes participantes da distribuição dos valores adicionados são: Pessoal; Impostos, Taxas e Contribuições; Remuneração de Capital de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios.

O elemento Remuneração de Capitais Próprios é dividido em Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) e dividendos; e Lucros retidos e Prejuízos do exercício. Algumas empresas fazem essa diferenciação na publicação da DVA, porém segundo Vieira (2004) a classificação dos

lucros retidos junto às demais importâncias destinadas aos sócios e acionistas parece ser a mais adequada, pois tudo que pertence a eles também pode ser considerado remuneração do capital investido pelos mesmos, assim o autor sugere que a evidenciação do total da remuneração aos proprietários do capital e lucros retidos seja demonstrada no mesmo item.

Para chegar aos valores relativos referentes à quantidade de valor adicionado destinado a distribuição, calculou-se primeiramente o valor distribuído por cada empresa participante deste estudo, através do quociente entre o valor adicionado total a distribuir e o valor da receita. Por fim, verificou-se como se apresenta no decorrer dos anos a distribuição entre os elementos que participam da criação da riqueza gerada. O apêndice 1 demonstra como foram estruturados os dados obtidos nas Notas Explicativas e Relatórios da Administração das empresas analisadas.

Os dados coletados foram reunidos em intervalo de tempo iguais, para não haver diferenciação na quantidade de dados coletados entre as empresas e assim não comprometer os resultados.

1.5 LIMITAÇÃO DO ESTUDO

Os resultados do estudo limitam-se aos anos de 2004 a 2008.

Limitam-se também às empresas analisadas, tomando-se como parâmetro para análise, as Demonstrações Padronizadas disponibilizadas no *site* da BM&FBOVESPA.

Outra limitação diz respeito à bibliografia pouco extensa sobre o assunto, especialmente no que tange as situações não-rotineiras, como é o caso do valor adicionado negativo.

Por fim, outra limitação diz respeito à pequena quantidade de empresas na amostra de dados. Pode ser que, com amostras maiores, os resultados sejam outros. Entretanto, dado o panorama de crescimento no número de empresas que publicam a DVA, e levando-se em conta a obrigatoriedade da publicação, replicações desse estudo poderão apresentar resultados mais consistentes.

1.6 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

O presente trabalho é organizado conforme explicado a seguir.

Este primeiro capítulo é composto pela introdução, tema e problema de pesquisa, pelos objetivos gerais e específicos, justificativa, metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa, delimitação da pesquisa e estrutura dos capítulos.

O segundo capítulo apresenta a revisão literária com a abordagem dos assuntos: (i) Responsabilidade Social, (ii) Balanço Social, (iii) Valor Adicionado, (iv) Demonstração do Valor Adicionado.

O terceiro capítulo apresenta os resultados alcançados em termos da identificação do valor adicionado, suas origens e destinações.

O quarto capítulo apresenta as conclusões sobre o resultado da pesquisa, e sugestões para futuros trabalhos.

Finalmente, apresentam-se as referências utilizadas na pesquisa, seguidas do apêndice.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica da pesquisa com a abordagem dos seguintes assuntos: Responsabilidade Social, Balanço Social, Valor Adicionado e Demonstração do Valor Adicionado.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O mundo globalizado exige das organizações, cada vez mais, a atualização permanente dos instrumentos de gestão, para que as mesmas possam se manter competitivas no mercado. Para isso, elas, o governo e as entidades filantrópicas buscam informações nos relatórios e indicadores econômicos, financeiros e sociais.

Assim, os relatórios de natureza social ganham grande destaque, tendo em vista que a responsabilidade social praticada nas organizações começa a ser informada com a elaboração e a divulgação do Balanço Social por um número considerável de entidades.

Segundo Tachizawa (2002, p. 209):

A responsabilidade perante a sociedade é enfatizada por princípios empresariais que estabelecem os compromissos dos colaboradores com a comunidade em que a empresa atua. Tal postura reforça o comportamento ético, assegurando o cumprimento da legislação e da regulamentação governamental em um contexto de permanente interação com a comunidade.

A responsabilidade social é o compromisso das organizações, instituições e do governo de realizar ações com o objetivo de participar de maneira efetiva em atividades que têm reflexos no bem-estar social.

Para Perottoni (2002, p.52) a responsabilidade social “capacita a empresa a crescer e permanecer no mercado, hoje globalizado e, cada dia mais, competitivo”.

Ignorar as exigências da sociedade pode resultar prejuízos à entidade, como a exclusão do mercado. Essa idéia é defendida por Moura e Beuren (2000, p.61):

Denota-se que as empresas não podem ignorar os acontecimentos externos que as impacta, pois estas encontram-se inseridas em um meio ambiente e devem inteirar-se, de forma a não serem rejeitadas pelo mesmo. É evidente a interdependência das empresas entre si, com a comunidade e com o governo.

As empresas não podem ter seu enfoque exclusivamente na maximização dos lucros. A sociedade vem lutando por uma maior abertura, quanto à revelação de informações econômicas, financeiras, sociais e ambientais, que justifiquem elas estarem inseridas no mercado.

A responsabilidade social está vinculada ao conceito de *accountability*, considerando a questão sobre a prestação de contas à comunidade e à sociedade, para que possa se verificar a atuação social da entidade junto às mesmas.

Para De Luca (1998, p.17)

O conceito de responsabilidade social é muito discutido. Sabe-se que a empresa, além de um agente econômico com a missão de produzir riqueza, é também um agente social e, como um dos componentes da sociedade, deve prestar contas aos demais. A sociedade vem, cada vez mais, exigindo respostas aos problemas socioeconômicos decorrentes do desempenho das empresas.

O compromisso de desenvolver o planejamento, execução e divulgação das ações referentes à responsabilidade social, fornece a transparência e clareza necessária aos usuários da informação, para que esses possam confiar nas práticas sociais da empresa – peça fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país.

2.2 BALANÇO SOCIAL

A Contabilidade é um sistema de informações e avaliação, destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, decorrentes dos fatos e atos jurídicos praticados pela entidade.

Ela presta aos seus principais usuários informações econômico-financeiras, por meio de demonstrações como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, etc.

Segundo Iudícibus (2000, p 19):

[...] o estabelecimento dos objetivos da Contabilidade pode ser feito na base de duas abordagens distintas: ou consideramos que o objetivo da Contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a Contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário.

E a abordagem mais aceita, inclusive a posição defendida por Iudícibus é de que a Contabilidade deve apresentar cadastros de informações totalmente diferenciados para os diferentes tipos de usuários. Esse cadastro diferenciado mostra que a Contabilidade evoluiu da simples função de controle do patrimônio e da riqueza das entidades, através das demonstrações

ditas tradicionais, passando a ter cada vez mais importância para os usuários nos processos de tomada de decisão.

As empresas devem buscar se aproximar dos clientes e conseqüentemente da comunidade local. E o mercado já abriu seus olhos para isso. Elas já perceberam que o fato de produzirem a bons preços e ótima qualidade ainda lhe dão credibilidade no mercado, porém não é mais a única justificativa dessa credibilidade. Segundo Délamo (1980, p. 2), elas “tem também que provar diante da sociedade que tal produção não se obteve à custa da pureza do seu ar, ou da dignidade dos seus habitantes, ou da fertilidade dos seus vales, ou da tranqüilidade de suas ruas e praças”.

As organizações têm objetivos mais amplos que os econômicos para assegurar sua sobrevivência e o bem-estar da sociedade em que vivem. Esses objetivos se traduzem em ações e programas, os quais se avaliam periodicamente a fim de controlar seu comportamento e a continuidade das Políticas Sociais que elas adotam de forma voluntária.

No entanto, é necessário reconhecer que as informações contábeis disponíveis, representadas pelas demonstrações tradicionais e voltadas principalmente para o desempenho econômico-financeiro, não possibilitam a obtenção desses novos dados que interessam a tantos.

2.2.1 Aspectos Conceituais

O Balanço Social é um conjunto de informações que tem como principal objetivo, mostrar como é o envolvimento das empresas com a sociedade e a comunidade que as acolheram.

Esse aspecto é ressaltado por Ribeiro e Lisboa (1999, p. 1):

O Balanço Social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada. Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente.

Segundo o Guia para elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007 (INSTITUTO ETHOS, 2007, p. 9):

O balanço social é um levantamento dos principais indicadores de desempenho ambiental, econômico e social da empresa. Ele amplia seu diálogo com os públicos com os quais a empresa se relaciona e esclarece seus objetivos no passado, no presente e no futuro. O Balanço Social ainda permite que a importância da responsabilidade social seja ampliada na estratégia corporativa, uma vez que reúne, além da avaliação da empresa sobre seu desempenho, as expectativas de seus públicos de interesse.

Portanto, o Balanço Social se constitui numa ferramenta para demonstrar através de indicadores econômicos ou sociais, o cumprimento de sua função no âmbito social. Nesses indicadores podem ser vistas informações tanto em relação às práticas de responsabilidade social e os investimentos em seus empregados, quanto na comunidade onde está inserida.

Segundo Sucupira (2001, p. 124):

[...] fazer e publicar o balanço social é mudar aquela visão tradicional em que a empresa deveria tratar apenas de produzir e obter lucro, sem se preocupar com a satisfação de sua força de trabalho e com o ambiente externo, para uma visão moderna em que os objetivos da empresa incorporam sua responsabilidade social.

Os principais objetivos do Balanço Social são:

Ordem	Especificação	Descrição
1	Diagnóstico da gestão empresarial em torno do cumprimento de sua Responsabilidade Social	Permite à empresa definir políticas, estabelecer programas, e racionalizar os efeitos dos investimentos sociais, visando à promoção de seus empregados e da sociedade.
2	Planejamento de ações	Procura aumentar a produtividade e eficiência de seus empregados. Além disso, permite a avaliação das ações em termos de custo-benefício.
3	Disponibilizar a informação que se refere aos recursos humanos da empresa e aos setores com os quais ela tem relação	Informar adequadamente aos usuários sobre seu desempenho social como empresa.
4	Atualizar políticas e programas relacionados com sua Responsabilidade Social	Criar instrumentos mais efetivos para medir e controlar as consequências, os custos e os benefícios que se desprendem de suas ações.

Quadro 3: Objetivos do Balanço Social

Fonte: Adaptado de Sucupira (2001)

Além disso, o Balanço Social pode ser uma importante ferramenta de marketing, pois ele demonstra que a empresa está sendo socialmente responsável. E se o mercado exige organizações socialmente responsáveis, elas podem aproveitar para mostrar o quanto estão investindo nos empregados e no meio ambiente, ganhando assim credibilidade no mercado. Mas ele não pode se resumir a essa função, pois segundo Taylor (1980) o Balanço Social não pode ser um meio de dar publicidade ao fato de a organização ser socialmente responsável. Ele deve verificar objetivamente qual a ação da empresa no âmbito social por meio da avaliação dos resultados.

Existem quatro vertentes do Balanço Social, são elas: a de Recursos Humanos, a Ambiental, a das Relações com a sociedade e a do Valor Adicionado (MARTINS, 1999). Para os objetivos desta pesquisa, a vertente que interessa é a do Valor Adicionado gerado e sua destinação.

2.2.2 O Balanço Social francês - o primeiro no mundo

A França foi o primeiro país a incluir o Balanço Social nas suas demonstrações contábeis obrigatórias. Por esse motivo, o Balanço Social francês merece destaque para os estudiosos.

Em 1977, no governo de *Valery Giscard d'Estaing*, a elaboração do Balanço Social tornou-se obrigatória. A promulgação da Lei 77.769 de 12 de junho de 1977, instituiu a publicação de um novo conjunto de informações sociais denominado de *bilan social de l'Entreprise* – balanço social da empresa – às entidades com mais de 750 empregados. Mesmo com a limitação de que apenas as grandes empresas deveriam publicar essa demonstração, o fato foi um grande passo para que a França e o resto do mundo percebessem a importância de demonstrar suas ações em relação à responsabilidade social. Poucos anos depois, a partir do ano de 1982 essa exigência foi estendida as entidades com mais de 300 empregados. (MELO NETO e FROES, 2001)

A lei francesa reconhece, pela primeira vez de forma institucional, a importância de os empregados também serem usuários da informação contábil, por isso seus méritos são inegáveis. (TINOCO, 1997)

Porém, o Balanço Social francês não traz algumas informações consideradas de suma importância para os usuários, como o valor adicionado bruto gerado pela entidade, pois se preocupa mais com os aspectos de recursos humanos. E diferentemente das demonstrações contábeis consideradas tradicionais que são elaboradas por contadores, o Balanço Social na França geralmente é feito por um funcionário responsável pelo setor de Recursos Humanos da entidade. (FREIRE e REBOUÇAS, 2001)

A intenção é fornecer principalmente informações para os empregados, ou seja, tem caráter meramente informativo, o que não tira de maneira alguma seus méritos, pois é possível fazer uma análise da relação entre capital e trabalho.

As informações básicas contidas na demonstração, segundo a lei francesa, são: o emprego, as remunerações e os encargos acessórios, as condições de higiene e de segurança, as outras

condições de trabalho, a formação profissional, as relações profissionais, e ainda as condições de vida dos empregados e de seus familiares, nas relações que dependam da empresa.

2.2.3 O Balanço Social em outros países

Na maioria dos países do mundo a elaboração e publicação do Balanço Social são voluntárias, mas em alguns outros, à exemplo da França (como citado anteriormente) é obrigatório.

Segundo Tinoco (1997), a Holanda foi o país que publicou seus relatórios sociais pela primeira vez. Nesse relatório são utilizadas medidas qualitativas para mostrar os objetivos sociais da empresa e seus impactos, e quantitativas para programas sociais a serem implantados. Para Mendes (1998), as informações que ocupam posição de destaque são sobre trabalho e emprego, porém não são desprezadas as informações de cunho econômico.

Já na Alemanha, o foco principal é voltado para os empregados e para a preocupação com o meio ambiente. Os custos dos salários e encargos, a formação profissional, o número de acidentes, e o controle da poluição do meio ambiente são os principais temas abordados nos relatórios sociais alemães.

Na Grã-Bretanha a maioria das entidades já tem como parte de sua rotina a geração de informações mais completas aos usuários, dentre eles os próprios empregados. O balanço não é separado de acordo com o interesse dos usuários, ou seja, não existe um balanço para os sócios e acionistas e outro para os empregados, por exemplo. No mesmo relatório estão as informações tanto da situação econômica da empresa quanto os dados relativos à responsabilidade social. (TINOCO, 1997)

Ainda conforme Tinoco (1997), o Balanço Social na Espanha também é voluntário. As empresas que desejam ser mais transparentes publicam a demonstração, visando melhorar a imagem da entidade sob a ótica do mercado e dos empregados.

Nos Estados Unidos da América (EUA), como já se tem a tradição a muito tempo de investimentos em bolsa de valores, o enfoque dos relatórios sociais é o ambiente externo, ou seja, a intenção é atrair novos investidores através da qualidade dessas informações. Se enquadrarmos nesses relatórios dados relativos à satisfação dos seus clientes, a preservação do meio ambiente, a contribuição da entidade com os programas culturais, transportes coletivos e outros benefícios à

coletividade. Já na Suécia o enfoque está nas informações aos empregados. (DE LUCA, 1998). Em ambos os países a demonstração é voluntária.

Na Bélgica e em Portugal a elaboração do Balanço Social é obrigatória. Na Bélgica a exigência é para todas as entidades. A instituição dessa demonstração foi feita em 1996 por meio de um decreto real, sendo que para o governo, ela tem função decisória em relação à política de emprego do país. (FREIRE e REBOUÇAS, 2001)

Segundo Gonzáles (2001), para algumas empresas belgas, a publicação de balanços sociais foi exigida pelo mercado, pois já se criou a cultura de que as elas devem publicar o Balanço Social. E como já citado anteriormente, preço e qualidade não são mais os únicos fatores que levam a atrair clientes. Assim, as que não publicam o relatório não conseguem atuar vendendo seus produtos ou serviços, pois os consumidores se recusam a cada dia, ser clientes de organizações que não tenham o balanço social.

Em Portugal, segundo a Lei nº 141, desde 1985, as empresas que tenham no mínimo 100 empregados são obrigadas a elaborar o balanço social. (FREIRE e REBOUÇAS, 2001)

De maneira geral, todos os balanços sociais dos países citados apresentam informações que interessam particularmente aos empregados, sem considerar, no entanto, as outras três vertentes, que são: Valor Adicionado, Meio Ambiente, e Relações com a sociedade. Apenas o Balanço Social português possui informações sobre o valor adicionado, porém a sua composição e o cálculo não são demonstrados.

2.2.4 O Balanço Social no Brasil

No Brasil, a discussão sobre o Balanço Social teve início na década de 70, com as primeiras publicações nos anos 80. Mas, no ano de 1997, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), representado pela figura carismática do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, foi lançado uma campanha de mobilização pela divulgação do balanço social anual, que teve apoio de algumas organizações, como a CVM (Comissão de Valores Mobiliários). No mesmo ano foi lançado o selo do Balanço Social, um diferencial valioso no mercado competitivo, para incentivar a publicação.

O balanço social no Brasil, como na maioria dos países do mundo, não é obrigatório, e é um instrumento pouco utilizado pelas empresas brasileiras, embora o número de publicações cresça ano a ano.

Segundo Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p. 21), percebe-se que no Brasil a situação da divulgação do Balanço Social é a seguinte:

Observou-se que, como o Balanço Social ainda não é obrigatório no Brasil, é apresentado, voluntariamente, por algumas empresas, umas com o intuito de apenas fornecer maiores informações aos seus usuários, outras com objetivos de *marketing*.

O modelo de balanço social mais utilizado pelas empresas brasileiras é proposto pelo IBASE, porém este modelo também não apresenta informações sobre valor adicionado. Por isso a Demonstração do Valor Adicionado foi criada como anexo ao Balanço Social, para suprir essa necessidade de demonstrar mais essa informação aos usuários.

2.3 VALOR ADICIONADO

O ciclo produtivo de uma entidade acontece da seguinte forma: os recursos são consumidos, e por conseqüência, os produtos são gerados para que possam ser levados ao mercado. Quando o valor econômico do produto final que foi gerado é superior ao valor dos recursos utilizados por ele, quer dizer que o produto agrega valor, ou seja, ocorre a geração de riqueza. Quando o valor do produto é inferior ao dos insumos utilizados, não se cria riqueza.

Segundo Santos (2003, p. 27), “[...] o valor adicionado representa o incremento de valor que se atribui a um bem durante o processo produtivo.”

Para Neves e Viceconti (2005, p. 307) o valor adicionado “representa a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo” e é caracterizado pelo montante que as atividades produtivas agregam de valor aos insumos adquiridos. Apesar do conceito de valor adicionado ter origem econômica, o mesmo vem sendo bastante utilizado na Contabilidade.

2.3.1 Conceito Econômico

Dentro da visão econômica, Neves e Viceconti (2005) afirmam que o somatório dos valores agregados pelos agentes econômicos (pessoas físicas, pessoas jurídicas com fins lucrativos, o governo, associações, fundações, demais entidades sem fins lucrativos, etc) é conhecido pelo nome de Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Rossetti (1995, p. 518) o PIB é “a medida, em unidades monetárias, do fluxo total de bens e serviços finais produzidos pelo sistema econômico em determinado período.”

Uma grande preocupação relativa à apuração do PIB, por parte dos estatísticos, é a chamada contagem múltipla ou dupla contagem, ou seja, isso ocorre quando um produto ou serviço é incluído mais de uma vez no mesmo cálculo, pois para produção de alguns produtos outros são utilizados como insumos. A empresa que adquire insumos para sua produção, deve considerar apenas como riqueza gerada, a parte do seu esforço na produção. Com isso no conceito econômico, se desconsidera o valor relativo às vendas como base para se chegar ao valor adicionado

Dessa maneira, com a utilização do conceito de valor adicionado, os estatísticos conseguem contornar o desafio da dupla contagem no cálculo do PIB, conforme afirma Martins (1998, p. 01):

[...] uma das preocupações dos estatísticos que medem o PIB, que é evitar a dupla contagem. Daí a importância de se considerar o valor adicionado, que, em linhas gerais, corresponde ao valor que foi, em cada etapa produtiva, acrescido (adicionado) ao valor das matérias-primas utilizadas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1997, p.302), o conceito de valor adicionado é assim abordado:

É o valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

Como exemplo hipotético para esse conceito, tem-se: um país tem como única exploração econômica a produção de soja. Existem três etapas que geram receitas. A primeira é uma empresa responsável pela produção das sementes; a segunda é responsável pelo plantio e colheita; e a terceira produz alimentos derivados da soja. Essas três etapas e os valores que cada uma gera de receita são assim definidos no Quadro 4.

Etapas que geram receitas	Receitas (\$)
1ª Etapa – empresa produtora de sementes de soja	3.000
2ª Etapa – empresa produtora de grãos de soja	7.000
3ª Etapa – indústria de alimentos derivados da soja	12.000
Valor Total de Receitas Geradas	22.000

Quadro 4: Valor Adicionado – Etapas que geram receitas
Fonte: Dados Pesquisados

O valor adicionado nesse exemplo não é \$22.000 como parece, na verdade é \$12.000, pois as sementes e os grãos de soja já estão no cálculo como custo dos alimentos derivados da soja, como mostra o Quadro 5.

Etapas que geram receitas	Receitas (\$)	Custos (\$)	Valor Adicionado (\$)
1ª Etapa – empresa produtora de sementes de soja	3.000	0	3.000
2ª Etapa – empresa produtora de grãos de soja	7.000	3.000	4.000
3ª Etapa – indústria de alimentos derivados da soja	12.000	7.000	5.000
Valor Adicionado			12.000

Quadro 5: Cálculo total do Valor Adicionado
Fonte: Dados pesquisados

Dessa maneira, entende-se como é importante o uso do conceito de valor adicionado na economia de um país para evitar o problema da dupla contagem no cálculo do PIB.

Além disso, é possível analisar comparativamente a contribuição de cada setor econômico para a geração de riqueza de um país. Para isso utiliza-se o conceito de valor adicionado, visando calcular o valor de cada segmento da economia.

2.3.2 Conceito Contábil

Assim como o conceito econômico, o conceito contábil do valor adicionado também é calculado pela diferença entre os valores de saída do produto da empresa e valores da aquisição de insumos. A diferença, nesse caso, está na forma de mensuração destes valores de saída e entrada. Segundo Santos (2003), contabilmente é considerado valor adicionado como a diferença entre a receita com vendas e o custo da aquisição de insumos de terceiros (matérias-primas constantes do custo dos produtos vendidos ou o próprio custo das mercadorias vendidas)

O conceito econômico e contábil do valor adicionado são muito semelhantes, sendo que uma das principais características que os torna distintos é o ambiente em que ele é aplicado, ou seja o conceito econômico é aplicado num ambiente macro – baseia-se no sistema de produção nacional, enquanto o conceito contábil é aplicado em uma entidade separada, ou seja, ambiente micro.

Segundo Tinoco (1997, p. 8), “a diferença entre o valor das vendas e o valor das compras dos bens, mercadorias e serviços intermediários representa o valor adicionado pela empresa para a sociedade.”

Através do valor adicionado, numa análise da sua distribuição, a sociedade pode verificar se a empresa que está inserida no seu ambiente está gerando riqueza ou está pelo menos devolvendo os recursos que lhe foram tirados para serem utilizados no processo produtivo.

Para Ribeiro e Lisboa (1999, p. 1):

A análise da distribuição do valor adicionado identifica a contribuição da empresa para a sociedade e os setores por ela priorizados. Este tipo de informação serve para avaliar a performance da empresa no seu contexto local, sua participação no desenvolvimento regional e estimular ou não a continuidade de subsídios e incentivos governamentais. E, em contexto maior, pode servir de parâmetro para definição do comportamento de suas congêneres.

O resultado obtido da receita com as vendas, menos os custos dos insumos consumidos durante o processo de produção, que foram adquiridos de terceiros, corresponde à riqueza que a empresa gerou, ou seja, quanto ela adicionou aos recursos adquiridos para chegar ao seu produto final. Nesse resultado é encontrado o valor adicionado bruto.

Para gerar a riqueza, foi necessário o consumo de máquinas, equipamentos e instalações (esse fenômeno contabilmente é refletido pela depreciação, amortização e exaustão), esse valor deve ser deduzido do valor adicionado bruto, resultando o valor adicionado líquido, que é o quanto a empresa realmente gerou de riqueza para a economia.

A ferramenta, que a Contabilidade disponibiliza, para os usuários obterem informações dentro do enfoque de geração e distribuição de riqueza é a Demonstração do Valor Adicionado.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Dentre os vários aspectos demonstrados pelo Balanço Social, destaca-se o valor adicionado, que corresponde a riqueza gerada pela entidade. Para tanto, integra o Balanço Social a DVA, que apura essa riqueza, demonstrando também a distribuição para os agentes econômicos envolvidos – empregados, governos, terceiros, capital próprio e lucros retidos. Assim é possível avaliar a contribuição da empresa na economia, principalmente na renda nacional, bem como no âmbito social na comunidade onde atua.

Para Cosenza (2003, p. 7):

A Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante deste novo grupo de relatórios desenvolvidos pela Contabilidade para assistir melhor essas necessidades emergentes, visando, principalmente, a evidenciar o papel social das empresas, apresentando claramente a riqueza gerada para que toda a sociedade conheça sua função positiva na criação de valor para a comunidade.

A Demonstração do Valor Adicionado é uma importante inovação trazida pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, que promoveu alterações na Lei das Sociedades por Ações. (Ribeiro, 2008). Antes a DVA era uma das peças formadoras do Balanço Social, mas muitas empresas já a apresentavam separadamente do Balanço Social, juntamente com as outras Demonstrações Contábeis.

Para Ribeiro (2008, p. 91):

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um relatório contábil que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital e outros). A DVA também indica a parcela de riqueza não distribuída.

Trata-se, portanto, de uma demonstração contábil que informa aos seus usuários tanto os benefícios que as empresas oferecem para a sociedade, quanto a sua capacidade de geração de riqueza para a economia do país, ou seja, a contribuição para o desenvolvimento econômico. Além disso, essa demonstração permite identificar aquela riqueza recebida em transferência, apresentando como essas riquezas são distribuídas aos seus diversos beneficiários: empregados, governo, financiadores externos, acionistas e a própria organização.

2.4.1 A Importância dessa demonstração

As entidades, geralmente, são capazes de gerar riquezas muito maiores do que o lucro distribuído aos seus sócios e acionistas. Atualmente, o lucro obtido por elas é apresentado pela Demonstração do Resultado do Exercício – DRE. Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p.326), “A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período.” No entanto, a DRE não avalia a contribuição dos agentes econômicos na geração da riqueza e, portanto, não mostra a parcela destinada a cada um deles no processo produtivo, pois está voltado para a apuração e divulgação do lucro, que pertence ao proprietário.

Ainda sobre esse aspecto Neves e Viceconti (2005, p. 308) afirmam:

Na Demonstração do Resultado do Exercício, a parte de terceiros (capitalistas, empregados, governo) é considerada como despesas ou custos, porque, do ponto de vista dos proprietários, esses valores distribuídos representam redução do lucro e conseqüentemente redução da parcela que cabe a cada proprietário.

A DVA não concorre com a DRE, pois aquela apresenta um enfoque mais amplo do que esta que se restringe à demonstração da apuração do resultado do exercício, o que, em uma primeira visão, pode transmitir a idéia de que esta é a única riqueza gerada pelas empresas. Porém, a DVA deixa claro que elas geram um montante de valor adicionado – riqueza – normalmente, superior ao lucro que remunera os investidores, sócios ou acionistas.

Segundo Santos (1999, p. 20):

Nesse aspecto, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA – é muito mais abrangente, pois não está exclusivamente voltada para a apuração do resultado, porquanto considera outros fatores de produção e aponta suas respectivas remunerações. São componentes dessa demonstração, além da informação relativa à riqueza gerada pela empresa, a forma como que essa riqueza é distribuída através de impostos pagos ao governo, juros e aluguéis destinados a financiadores externos, remunerações pagas aos trabalhadores, o lucro e dividendos (ou juros sobre o capital próprio, como previsto na legislação brasileira) atribuídos aos proprietários, sócios e acionistas.

Observa-se então que a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração do Valor Adicionado têm enfoques diferentes e fornecem informações sob outros pontos de vista, e para diferentes usuários. Isso as torna complementares e imprescindíveis, pois as duas atendem de maneira eficaz a necessidade de informações dos usuários.

2.4.2 Elaboração da DVA

A elaboração da DVA é feita a partir dos dados contidos na DRE e também em algumas contas patrimoniais. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC-09(2008, p. 2), em relação a elaboração da DVA, afirma: “[...] seus dados, em sua maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado.” Na DRE são computados como custos dos produtos vendidos (CPV) todos os gastos referentes à produção dos bens vendidos. Portanto, é incluído neste total a mão-de-obra, matéria-prima, e gastos gerais de fabricação. Já na DVA estes custos são discriminados, pois parte dos custos são considerados como insumos adquiridos de terceiros. A depreciação também deve ser identificada. Os gastos com os empregados e os encargos são considerados como distribuição do valor adicionado.

Segundo Ribeiro (2008), as contas de resultado, no momento da elaboração da DVA, devem estar devidamente encerradas nos registros contábeis, assim como para essas contas deve ser observado o princípio da competência.

2.4.3 Estrutura da DVA

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis oferece detalhes acerca dos elementos que devem integrar a DVA, dividindo-se em duas partes:

► a primeira, refere-se à geração do valor adicionado, demonstrando como a entidade adicionou riqueza através da sua atividade econômica; e

► a segunda, demonstra como essa riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos: remuneração de capital próprio – os acionistas que possuem recursos da empresa, sendo remunerados com os dividendos por participarem no capital próprio da empresa e pelos lucros que não são distribuídos; remuneração do capital de terceiros – os financiadores que entregam recursos financeiros a empresa e pelo uso desses recursos recebem são remunerados através dos juros; pessoal – os empregados fornecem seu trabalho e em função são remunerados através dos salários, benefícios e encargos sociais; e o Governo – que é remunerado através dos tributos.

O modelo sugerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC-09(2008) é apresentado no Quadro 6.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Descrição		Exercício atual \$	Exercício anterior \$
1	RECEITAS		
1.1	Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2	Outras Receitas		
1.3	Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4	Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1	Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3	Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4	Outras (especificar)		
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Descrição		Exercício atual \$	Exercício anterior \$
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1	Resultado de equivalência patrimonial		
6.2	Receitas financeiras		
6.3	Outras		
7	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1	Pessoal		
8.2	Impostos, taxas e contribuições		
8.3	Remuneração de capitais de terceiros		
8.4	Remuneração de Capitais Próprios		

Quadro 6: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado elaborado pelo CPC
Fonte: CPC-09 (2008)

A elaboração da DVA consolidada deve basear-se nas demonstrações consolidadas, e deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.4.4 Tratamento dos elementos que compõem a DVA

Para melhor entender o modelo apresentado anteriormente é preciso conhecer os elementos que compõem a DVA. Primeiramente, são apresentados os valores referentes à origem da riqueza gerada, conforme mostra o Quadro 7:

I. Geração de Riqueza		
1	RECEITAS	
1.1	Vendas de mercadorias, produtos e serviços	Inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.
1.2	Outras Receitas	Da mesma forma que o item anterior, inclui os tributos incidentes sobre essas receitas.
1.3	Receitas relativas à construção de ativos próprios	Essa construção equivale à produção vendida para a própria empresa, e por isso seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita. A mão-de-obra própria alocada é considerada como distribuição dessa riqueza criada, e eventuais juros atavados e tributos também recebem esse mesmo tratamento. Os gastos com serviços de terceiros e materiais são apropriados como insumos.
1.4	Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	Inclui os valores relativos à constituição e reversão dessa provisão.
2	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	
2.1	Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	Inclui os valores das matérias-primas adquiridas junto a terceiros e contidas no custo do produto vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros; não inclui gastos com pessoal próprio.

I. Geração de Riqueza		
2.2	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	Inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros.
2.3	Perda / Recuperação de valores ativos	Inclui valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos, etc. Também devem ser incluídos os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas por desvalorização de ativos, conforme aplicação do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se no período o valor líquido for positivo, deve ser somado).
2.4	Outras (especificar)	Não incluído nos itens anteriores, por isso deve ser especificado pela empresa
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4	DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1	Resultado de equivalência patrimonial	O resultado da equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo.
6.2	Receitas financeiras	Inclui todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem.
6.3	Outras	Inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia, etc.
7	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	

Quadro 7: Instruções para Preenchimento da DVA – Geração de Riqueza
Fonte: CPC-09 (2008)

No Quadro 7, estão demonstrados os itens e subitens necessários para determinar o valor adicionado a distribuir. São diminuídos da receita os insumos adquiridos de terceiros, chegando-se ao valor adicionado bruto do qual se diminui a depreciação, amortização e exaustão alcançando-se então o valor adicionado líquido produzido pela entidade. A este valor são somados os valores adicionados recebidos em transferência resultando por fim no valor adicionado total a distribuir. A segunda parte da DVA apresenta de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída, conforme Quadro 8:

II. Distribuição por Partes Interessadas		
8	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1	Pessoal	Valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício na forma de Remuneração direta, Benefícios e F.G.T.S.
8.1.1	Remuneração direta	Representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração (inclusive os pagamentos baseados em ações), férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.
8.1.2	Benefícios	Representados pelos valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.
8.1.3	F.G.T.S	Representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados

II. Distribuição por Partes Interessadas		
8.2	Impostos, taxas e contribuições	Valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições aos INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como “insumos adquiridos de terceiros”.
8.2.1	Federais	Inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.
8.2.2	Estaduais	Inclui os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o ICMS e o IPVA.
8.2.3	Municipais	Inclui os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.
8.3	Remuneração de capitais de terceiros	Valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.
8.3.1	Juros	Inclui as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.
8.3.2	Aluguéis	Inclui os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.
8.3.2	Outras	Inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como <i>royalties</i> , franquias, direitos autorais, etc.
8.4	Remuneração de Capitais Próprios	Valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.
8.4.1	Juros sobre o Capital Próprio	Inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.
8.4.2	Dividendos	
8.4.3	Lucros retidos / Prejuízo do exercício	Inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.
8.4.4	Participação dos não-controladores nos lucros retidos	Só para consolidação

Quadro 8: Instruções para Preenchimento da DVA – Distribuição por Partes Interessadas
Fonte: Fonte: CPC-09 (2008)

No Quadro 8 estão demonstrados os itens e subitens que evidenciam a distribuição das riquezas por parte das empresas. Vale ressaltar que o valor total distribuído apresentado no item 8 deve ser o mesmo valor do item 7, calculado na primeira parte da DVA.

2.4.5 Agentes de distribuição de riqueza

O presente estudo dá ênfase na distribuição das riquezas geradas aos diversos agentes econômicos. Os itens que compõem essa distribuição são extraídos da Demonstração do Resultado do Exercício. No entanto, em algumas ocasiões é preciso ter informações extras que podem ser obtidas através de análises contábeis. A seguir são apresentados tópicos sobre cada um dos elementos participantes da distribuição do valor adicionado pelas empresas:

► Pessoal

É por meio da DVA que os empregados dispõem de informações sobre o peso de sua remuneração e respectivos encargos sociais, dentre os agentes econômicos que colaboram para a empresa atingir seus objetivos.

Por meio dessa demonstração, analisando o crescimento ou redução das riquezas geradas, os empregados poderão ter informações mais fundamentadas para lutar por aumentos salariais ou de benefícios em virtude do crescimento de riqueza. Ou no caso de redução da riqueza gerada poderão conhecer os reais motivos por não aumentarem, da maneira desejada, suas remunerações.

A remuneração aos empregados pode ser direta e indireta. A primeira consiste na remuneração da mão-de-obra que é destinada diretamente aos empregados que pode ser feita através do pagamento pelos serviços efetivamente prestados ou pelo período permanecido à disposição da empresa, pelo pagamento sem a contraprestação do serviço prestado, como prêmios, e obrigações devidas ao empregado quando ele não está à disposição do empregador, como descanso semanal remunerado, feriados, etc.

A remuneração indireta consiste nos encargos que vão ao governo na forma de encargos sociais. O imposto de renda retido na fonte do empregado pode ser considerado remuneração direta, pois o próprio empregado irá utilizar esse valor quando da prestação de contas com o governo, pois este imposto não é um encargo da empresa, para com o governo, mas sim uma relação entre empregado e governo.

► Impostos, taxas e contribuições

O papel do Governo como membro participante na geração de riqueza da empresa seria apoio a estrutura social, política e econômica, ou seja, os impostos devidos pela empresa à União,

Estados e Municípios são apresentados na DVA como remuneração ao apoio das instituições governamentais pela estrutura social, política e econômica que propiciam condições de operações da empresa no seu meio ambiente.

► Capital de Terceiros

Neste item consideram-se as despesas financeiras e os aluguéis pagos para aqueles que contribuíram com o processo produtivo para geração de riquezas, através de financiamentos. Para os aluguéis, entende-se que o uso das instalações de terceiros está sendo financiada pelos proprietários dos ativos, assim, esses ativos estão sendo remunerados.

► Capital Próprio

Refere-se à remuneração dos acionistas na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, que são pagos como retribuição ao capital investido nas atividades da empresa que geraram riquezas e também à parcela da riqueza gerada que é distribuída a própria empresa, ou quando houver prejuízo, é a absorção de redução patrimônio líquido pelos investidores.

Os agentes econômicos descritos acima são responsáveis pela geração de riquezas nas entidades e, conseqüentemente, são os beneficiários desta distribuição.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa referente à distribuição de riquezas geradas por 12 empresas do setor de Materiais Básicos da BM&FBOVESPA, tomando-se como base a publicação das Demonstrações do Valor Adicionado entre os de 2004 e 2008.

A evidenciação da distribuição do valor adicionado das empresas da amostra é evidenciada por quatro perspectivas:

- Inicialmente, é identificada a distribuição do valor adicionado anual;
- Em seguida, é apresentada a distribuição do valor adicionado por agente econômico;
- Após, é demonstrada a evolução da distribuição do valor adicionado
- Por fim, são comparados os resultados entre os anos analisados.

3.1 VALOR ADICIONADO ANO 2004

Após a coleta dos dados divulgados nas Demonstrações do valor adicionado das empresas da amostra participantes deste estudo, calculou-se o percentual de riqueza gerada por cada uma delas. Para tanto, dividiu-se o valor adicionado total a distribuir (item 7 da DVA) pela receita (item 1). Este procedimento resultou no quociente de valor agregado por empresa. Este cálculo foi feito para os demais anos. Os do ano de 2004 encontram-se evidenciados no Gráfico 1.

As empresas da amostra receberam uma numeração para facilitar a sua identificação. Essa numeração inicia no número 1 que corresponde a Vale do Rio Doce e termina no número 12, referindo-se a Votorantim, conforme consta no Quadro 2.

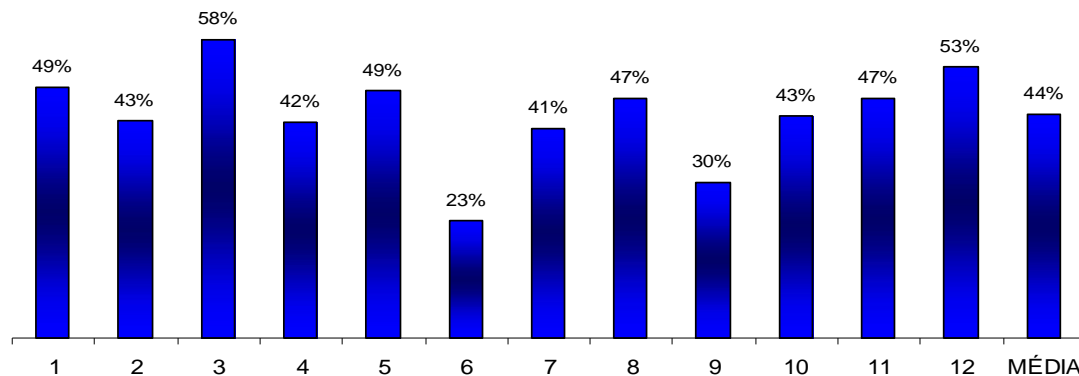


Gráfico 1: Geração de Riqueza por Empresa em 2004
Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que a média do valor agregado pelas empresas, no ano de 2004, foi de 44%.

A empresa Braskem teve a menor geração de valor adicionado no exercício de 2004, com 23% de riqueza distribuída em relação à receita. Outras cinco empresas apresentaram geração de riqueza abaixo da média, são elas: Celulose Irani, Fosfertil, Gerdau, Aços Villares e Klabin com percentuais de 30, 41, 42, 43 e 43%, respectivamente.

No mesmo período, as empresas Vale do Rio Doce, Sid Nacional, Usiminas, Aracruz, Suzano e Votorantim apresentaram geração de riqueza acima da média do setor. Destaque para a Sid Nacional que gerou 58% de riqueza no ano. Ou seja, cada real “retirado” da sociedade, na forma de receita, 58 centavos foram distribuídos entre os agentes econômicos.

Vale ressaltar, que as gerações de valor efetivadas pelas empresas do setor de Materiais Básicos no ano de 2004 oscilam entre 23 e 58%, ou seja, uma variação na ordem de 25 pontos percentuais. Em outras palavras, a diferença entre a empresa que mais agregou valor e a que menos agregou é maior que 100%. Diferença esta, bastante significativa visto que se trata de empresas do mesmo setor.

3.1.1 Distribuição do Adicionado por agente econômico – Ano 2004

Nesta seção, apresentam-se as informações referentes à distribuição do valor adicionado, evidenciando quanto cada agente econômico recebeu.

O Gráfico 2 identifica o resultado da pesquisa no ano de 2004.

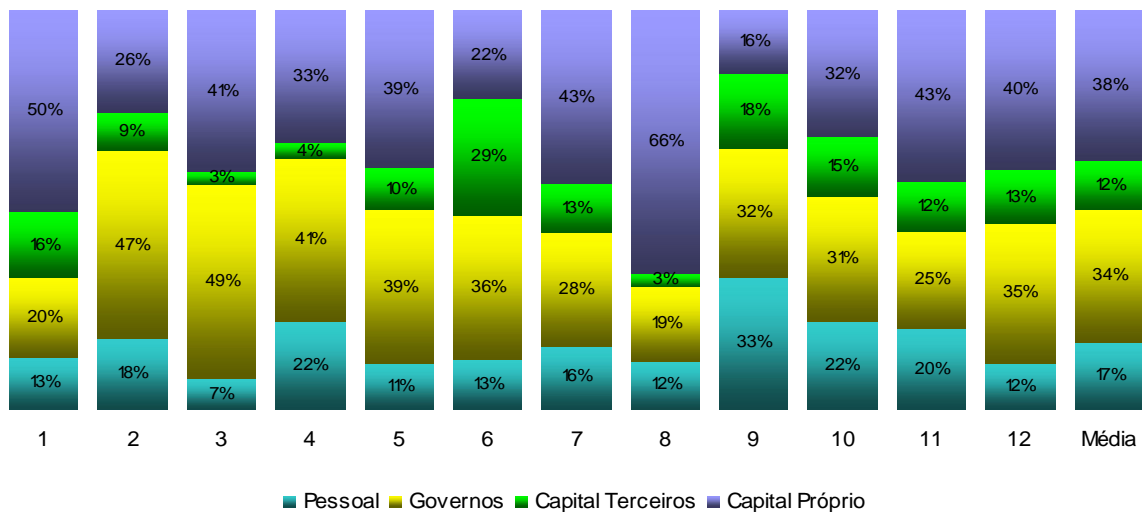


Gráfico 2: Distribuição do valor adicionado em 2004
Fonte: Dados pesquisados

Os dados do Gráfico 2 demonstram que as principais destinações do valor adicionado entre os agentes econômicos em 2004 foram para os acionistas, através de juros sobre capital próprio e/ou na forma de lucros retidos, e para o item governos, com média de 38% e 34% respectivamente. Para os empregados foram destinadas em média 17% da riqueza gerada, e 12% foram destinados para terceiros, na forma de juros sobre capital de terceiros e aluguéis.

Analisando-se os dados por empresa e por categoria percebe-se que na categoria Pessoal, foi a Celulose Irani que melhor remunerou seus colaboradores, com 33%. Neste item a empresa 3 (Sid Nacional) foi a que menos recurso destinou, apenas 7%.

Na categoria Governos, destaque para a empresa 3 (Sid. Nacional), com distribuição de 49%, significativamente acima da média, ou seja, quase metade de seu valor adicionado foi destinado ao pagamento de impostos, taxas e contribuições. Neste quesito, a empresa 8 (Aracruz) figurou na última colocação, com apenas 40%.

Na categoria “Terceiros” a empresa 6 (Braskem) foi a que mais destinou riqueza, em termos relativos, com 29% do total. As que menos destinaram recursos para remunerar o capital e terceiros foram as empresas 3 (Sid Nacional) e 8 (Aracruz) com apenas 3%.

A empresa 8 (Aracruz Celulose) teve a maior retenção de lucros e distribuição para os acionistas em relação ao valor total distribuído pela empresa, com 66%, bastante elevado em relação à média. Já a empresa 9 (Celulose Irani) teve a menor distribuição da amostra do valor adicionado para acionistas e lucro retido, com 16%.

As destinações distintas, em termos relativos, por empresa podem indicar tanto estratégias quanto vantagens competitivas. Algumas priorizam os colaboradores enquanto que outras optam por fazer uso mais intensivo de capital de terceiros. Porém, na análise global do setor, verifica-se que todas elas têm como principais destinações, os governos ou o capital próprio. Apesar disto, mudam significativamente os percentuais distribuídos.

3.2 VALOR ADICIONADO ANO 2005

Nesta seção apresentam-se os valores adicionados pelas empresas participantes da amostra do ano de 2005. Esses valores são evidenciados no Gráfico 3:

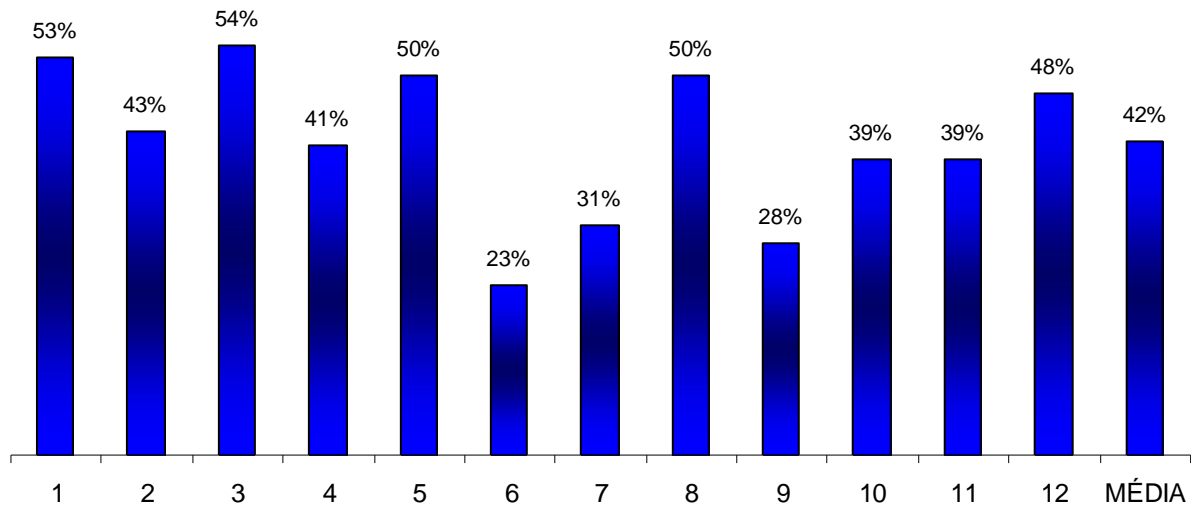


Gráfico 3: Geração de Riqueza por Empresa em 2005

Fonte: Dados pesquisados

A média do valor agregado pelas empresas foi de 42%, para o exercício de 2005, sofrendo uma redução de dois pontos percentuais em relação a 2004, que apresentou 44%.

A Braskem, à exemplo de 2004, foi a empresa com menor geração de valor adicionado, com 23%. Outras cinco figuraram abaixo da média, são elas: Celulose Irani, Fosfértil, Klabin, Suzano Papel e Celulose e Gerdau, com 28, 31, 39, 39 e 41%, respectivamente.

No mesmo período, as empresas Aços Villares, Votorantim, Aracruz, Usiminas, Vale Rio Doce e Sid Nacional apresentaram geração de valor agregado acima da média. Destaque para a última que agregou 54% da receita auferida.

Verifica-se, que as gerações de valor entre as empresas variam entre 23 e 54%, representando diferença de 31 pontos percentuais, ou seja, maior que a ocorrência no ano anterior que apresentou variação de 25 pontos percentuais.

Vale ressaltar, que dentre as empresas que apresentaram geração de valor acima da média, apenas a Sid Nacional e a Votorantim diminuíram a geração de riqueza em relação a 2004. Dentre as empresas que figuraram abaixo da média, apenas a Braskem não apresentou redução da geração de valor adicionado, mantendo o mesmo percentual do ano de 2004.

3.2.1 Distribuição do Adicionado por agente econômico – Ano 2005

Nesta seção, apresentam-se as informações referentes à distribuição do valor adicionado, evidenciando quanto cada agente econômico recebeu. O Gráfico 4 identifica o resultado da pesquisa no ano de 2005.

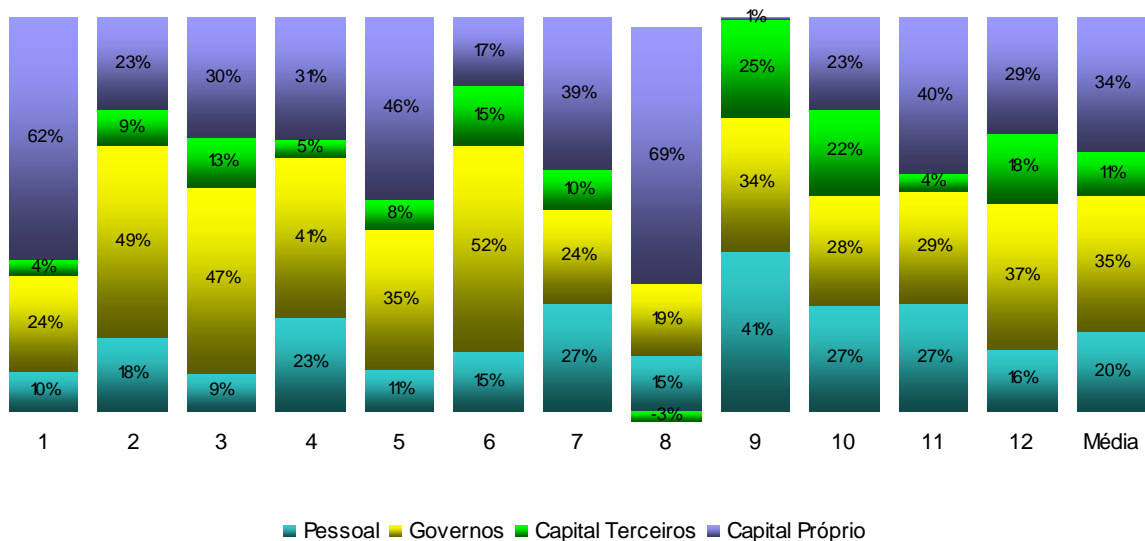


Gráfico 4: Distribuição do valor adicionado em 2005
Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que em 2005 o maior beneficiado pela distribuição de riqueza foi o Governo com uma participação de 35%, um ponto percentual a mais que no ano anterior. Em seguida vêm a remuneração do capital próprio apresentando uma participação de 34% sobre o valor adicionado das empresas da amostra, reduzindo 4 pontos percentuais em comparação a 2004. Empregados aparecem em terceiro lugar com 20%. A distribuição para o capital de terceiros foi a menor entre os agentes de distribuição com 11%.

O Gráfico mostra que, assim como em 2004, a empresa 9 (Celulose Irani), em termos relativos, foi a empresa que melhor remunerou seus empregados com 41% da riqueza gerada, mais que o dobro da média do setor. A empresa 3 (Sid Nacional) continuou apresentando a menor remuneração nesta categoria, com 9%.

Na categoria Governos foi a empresa 6 (Braskem) que mais remunerou, com 52%. Apresentado a menor remuneração para impostos, taxas e contribuições, com 19%, a empresa 8 (Aracruz) ficou na última colocação em relação a este quesito.

Na remuneração para terceiros a empresa 9 (Celulose Irani) apresentou maior percentual, 25% da valor adicionado distribuído. Porém, na empresa 8 (Aracruz), os juros sobre capital de terceiros tiveram resultado negativo, -3%. Na bibliografia estudada essa situação não é descrita. O pesquisador tentou o contato com a empresa para averiguar o motivo do valor adicionado negativo nos juros sobre capital de terceiros, porém não obteve êxito.

A empresa 8 (Aracruz Celulose) teve a maior retenção de lucros e distribuição para os acionistas em relação ao valor total distribuído pela empresa, com 69%. Novamente a empresa 9 (Celulose Irani) teve a menor distribuição para os acionistas com 1%, ficando trinta e três pontos percentuais abaixo da média do setor e tendo uma redução bastante significativa em relação ao ano de 2004, quando era de 16%.

3.3 VALOR ADICIONADO ANO 2006

Nesta seção apresentam-se os valores adicionados pelas empresas participantes da amostra do ano de 2006. Esses valores são evidenciados no Gráfico 5:

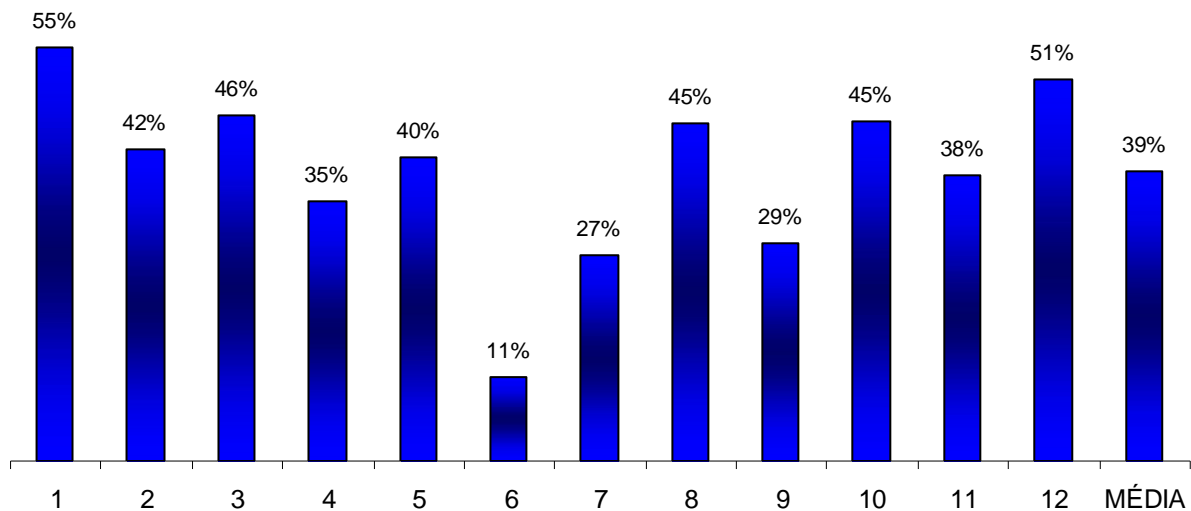


Gráfico 5: Geração de Riqueza por Empresa em 2006

Fonte: Dados pesquisados

Conforme apresentado no gráfico, a média do valor agregado pelas empresas foi de 39%, para o exercício de 2006, sofrendo uma redução de três pontos percentuais em relação a 2005, que apresentou 42%.

A Braskem foi novamente a empresa com menor geração de valor adicionado, com 11%, redução de doze pontos percentuais em relação a 2005. Outras quatro figuraram abaixo da média, são elas: Fosfertil, Celulose Irani, Gerdau e Suzano Papel e Celulose, com 27, 29, 35 e 38%, respectivamente. Com exceção da Klabin, as empresas que figuraram abaixo da média em 2005, continuaram apresentando valor adicionado abaixo da média em 2006.

No mesmo período, as empresas Usiminas, Aços Villares, Aracruz, Klabin, Sid Nacional, Votorantim e Vale do Rio Doce apresentaram geração de valor agregado acima da média. Destaque para a última que agregou 55% da receita auferida.

Vale ressaltar, que as gerações de valor efetivadas pelas empresas do setor de Materiais Básicos no ano de 2006 oscilam entre 11 e 55%, ou seja, uma variação na ordem de 44 pontos percentuais. Em outras palavras, a diferença entre a empresa que mais agregou de valor e a que menos agregou é igual a 400%. Diferença esta, muito significativa visto que se trata de empresas do mesmo setor.

Das empresas analisadas, sete agregaram valor acima da média anual, o que significa um índice de 58,3%. Os outros 41,7 % (5 empresas) ficaram abaixo da média.

3.3.1 Distribuição do Adicionado por agente econômico – Ano 2006

Nesta seção, apresentam-se as informações referentes à distribuição do valor adicionado, evidenciando quanto cada agente econômico recebeu.

O Gráfico 6 identifica o resultado da pesquisa no ano de 2006:

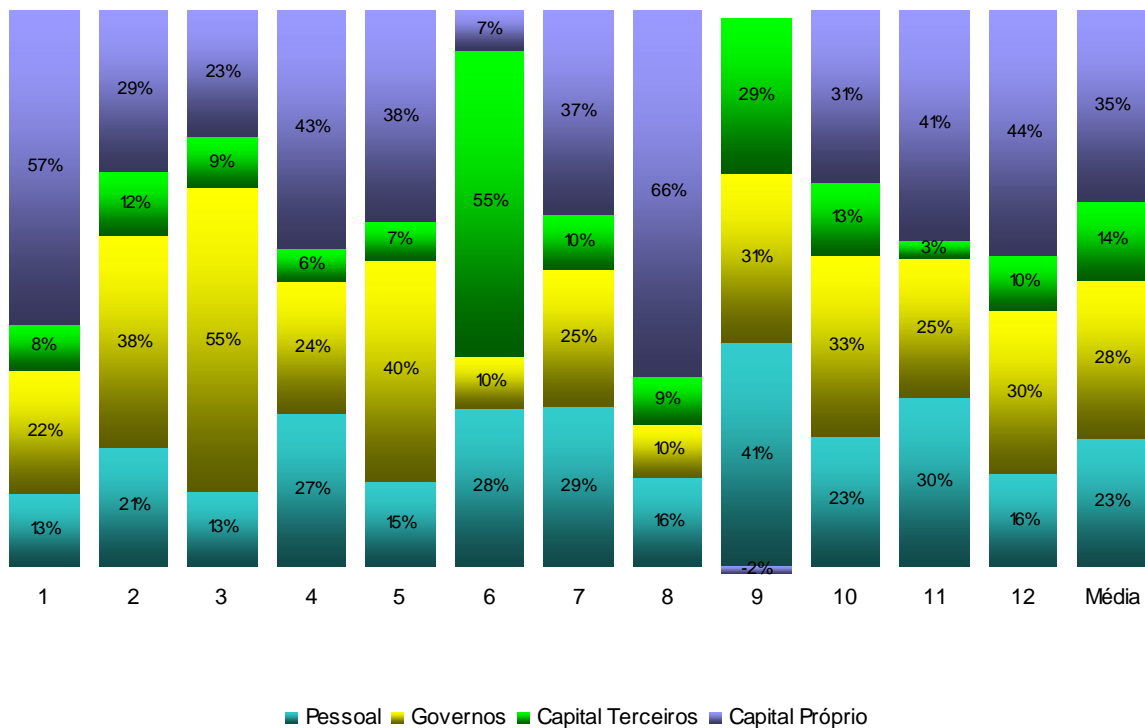


Gráfico 6: Distribuição do valor adicionado em 2006
Fonte: Dados pesquisados

As principais destinações do valor adicionado entre os agentes econômicos em 2006 foram para os acionistas, através de juros sobre capital próprio e/ou na forma de lucros retidos, e para o item governos, com média de 35% e 28% respectivamente. Nota-se que houve um aumento de um ponto percentual na categoria capital próprio em relação ao ano de 2005.

Para os empregados foram destinadas em média 23% da riqueza gerada, e 14% foram destinados para terceiros, na forma de juros sobre capital de terceiros e aluguéis.

Nota-se que na categoria “Pessoal” a empresa 9 (Celulose Irani) foi a que mais destinou riqueza, com 41%, 18 pontos percentuais acima da média. Pelo terceiro ano consecutivo a empresa 3 (Sid Nacional) foi a que menos remunerou este item, com 13%. Porém em relação ao ano anterior apresentou aumento de três pontos percentuais.

Na categoria “Governos” a empresa três apresentou o maior percentual, 55%, quase o dobro em relação a média do setor. As empresas 6 (Braskem) e 8 (Aracruz) apresentaram o a menor remuneração para este item, com 10% da riqueza gerada.

Em relação ao valor distribuído para terceiros, empresa 6 (Braskem) foi a que teve a maior porcentagem, com 55%, quarenta pontos percentuais a mais do que em 2005, que foi de 15%. Mais da metade da riqueza gerada foi destinada ao pagamento de juros do capital de terceiros e aluguéis. A empresa 11 (Suzano) remunerou esta categoria com apenas 3% do valor adicionado distribuído.

Em relação ao agente econômico que mais foi remunerado, Capital Próprio, as empresas 1 (Vale do Rio Doce) e 8 (Aracruz Celulose) foram as que mais destinaram riqueza em relação a este item, com 57% e 66%, respectivamente. Já a empresa 9 (Celulose Irani) teve remuneração negativa para os acionistas, com -2%. A empresa não conseguiu gerar riqueza suficiente para remunerar a todos os seus agentes econômicos, ou seja, a geração de valor adicionado foi suficiente apenas para remunerar os empregados, governo, e financiadores externos de capital. Nesse caso, sua riqueza criada não foi suficiente apenas para remunerar seus sócios/acionistas, que arcaram, assim, com o prejuízo verificado. Esse fato ocorre quando o resultado contábil é muito pequeno ou quando é negativo.

Analisando-se o gráfico, e considerando apenas os dados das empresas, sem olhar para a média, é muito difícil concluir qual agente econômico foi mais remunerado. Isto se deve pela grande variação entre as empresas, que mesmo sendo do mesmo setor podem ter estratégias bem diferentes, dando prioridade para um ou outro agente econômico.

3.4 VALOR ADICIONADO ANO 2007

Nesta seção apresentam-se os valores adicionados pelas empresas participantes da amostrado ano de 2007. Esses valores são evidenciados no Gráfico 7:

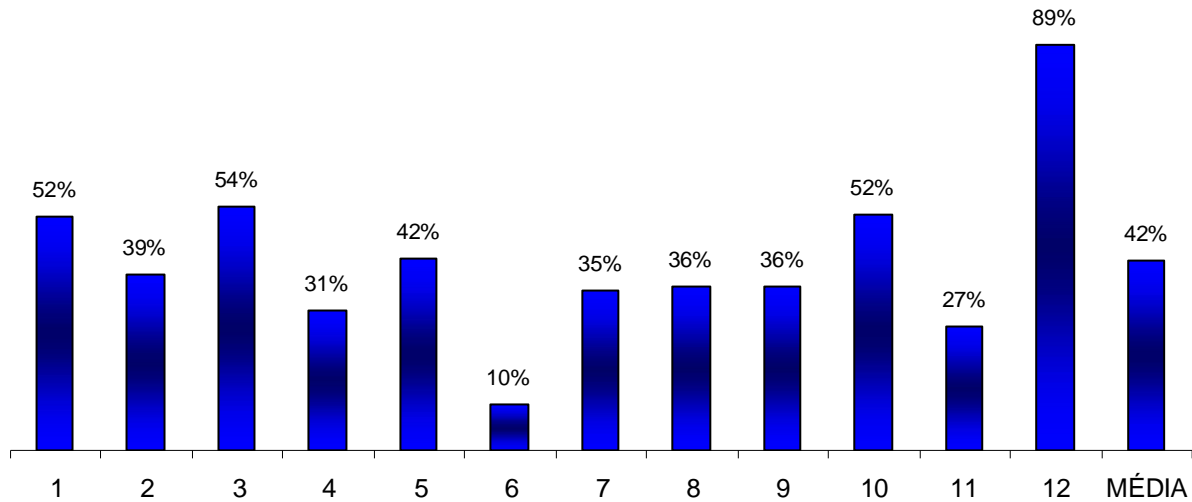


Gráfico 7: Geração de Riqueza por Empresa em 2007
Fonte: Dados pesquisados

A média do valor agregado pelas empresas foi de 42%, para o exercício de 2007, sofrendo um aumento de três pontos percentuais em relação a 2006, que apresentou 39%. Nota-se que a média do valor adicionado de 2007 foi a mesma do ano de 2005.

A Braskem, pelo quarto ano seguido, foi a empresa com menor geração de valor adicionado, com 10%. Houve uma nova redução em relação ao ano anterior, representado um ponto percentual. Outras seis figuraram abaixo da média, são elas: Suzano Papel e Celulose, Gerdau, Fosfértil, Aracruz, Celulose Irani e Aços Villares, com 27, 31, 35, 36, 36 e 39%, respectivamente. A empresa Usiminas se igualou a média.

No mesmo período, as empresas Vale do Rio Doce, Klabin, Sid Nacional e Votorantim apresentaram geração de valor agregado acima da média. Destaque para a última que agregou 89% da receita auferida. O elevado percentual do valor agregado representa quarenta e sete pontos percentuais acima da média do setor. Porém, 48% do valor agregado foram recebidos em transferência, através de receitas financeiras.

Vale destacar, que as gerações de valor adicionado entre as empresas tiveram uma grande oscilação, que foi entre 10 e 89%, apresentando, portanto uma variação de 79 pontos percentuais, ou seja, muito maior que a ocorrência no ano anterior que apresentou variação de 44 pontos percentuais.

No ano de 2007, sete empresas agregaram valores abaixo da média enquanto o restante delas (5) ficou acima da média.

Cabe destacar, que algumas empresas melhoraram seu desempenho, no que tange a geração de riqueza, em relação ao ano anterior, com destaque, a Votorantim que passou de 51% (2006) para 89%, em 2007, um aumento de 38 pontos percentuais de riqueza gerada pela entidade.

3.4.1 Distribuição do Adicionado por agente econômico – Ano 2007

Nesta seção, apresentam-se as informações referentes à distribuição do valor adicionado, evidenciando quanto cada agente econômico recebeu. O Gráfico 8 identifica o resultado da pesquisa no ano de 2007.

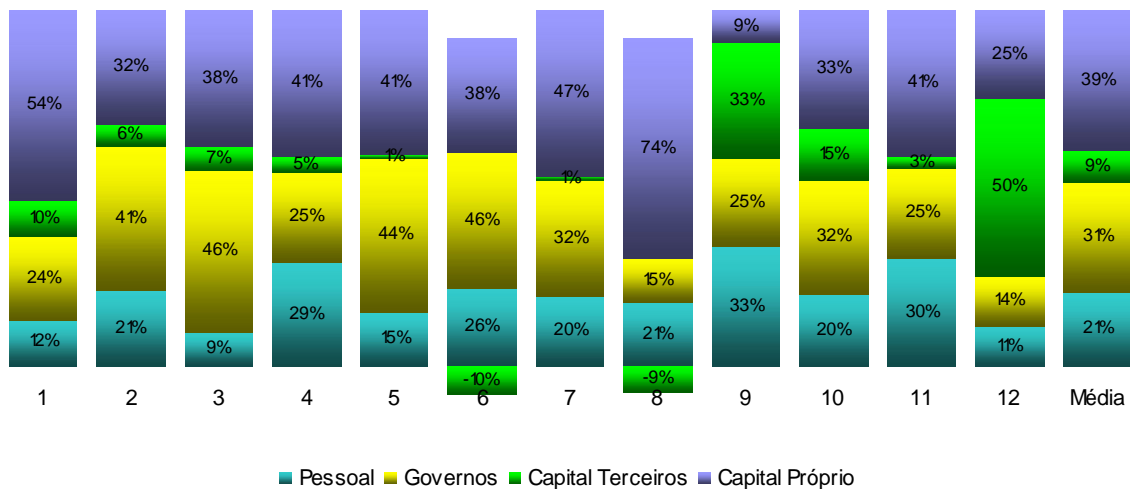


Gráfico 8: Distribuição do valor adicionado em 2007
Fonte: Dados pesquisados

No ano de 2007, a categoria mais remunerada entre as empresas do setor foi novamente o Capital Próprio, com média 39%, aumentando quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior (2006), que foi de 35%. Em segundo foi o governo com 31%, seguido da categoria Pessoal e Capital de Terceiros com 21% e 9%, respectivamente.

A empresa que mais remunerou a categoria Pessoal em relação a riqueza gerada, pelo quarto ano seguido foi a empresa 9 (Celulose Irani), com 33%. Porém houve redução de sete pontos percentuais em relação ao ano anterior. A empresa 3 (Sid Nacional), também pelo quarto ano seguido, teve a menor remuneração para este item com 9%.

O Governo que apresentou aumento de três pontos percentuais em relação a 2006, teve como maiores contribuintes, em termos relativos, as empresas 3 (Sid Nacional) e 6 (Braskem), com 46% do valor agregado. A empresa 8 (Aracruz) foi a que menos destinou sua riqueza para impostos, taxas e contribuições, apenas 15%.

Percebeu-se novamente no ano de 2007, da mesma forma como em 2005, a destinação para capital de terceiros com valor negativo para a empresa 8 (Aracruz), com -9%. A mesma situação ocorreu também para a empresa 6 (Braskem) no ano de 2007, com -10%. Como foi mencionado anteriormente, na bibliografia estudada essa situação não é descrita. O pesquisador tentou o contato com as empresas para averiguar o motivo do valor adicionado negativo nos juros sobre capital de terceiros, porém não obteve êxito.

Ainda referente a remuneração para terceiros, o Gráfico 8 mostra que a empresa 12 (Votorantim) foi a que mais remunerou em 2007, com 50%, metade da riqueza gerada.

A distribuição para o item capital próprio novamente foi liderada pela empresa 8 (Aracruz Celulose), com 74% do valor adicionado, valor 35 pontos percentuais acima da média do setor, que foi de 39%.

3.5 VALOR ADICIONADO ANO 2008

Nesta seção apresentam-se os valores adicionados pelas empresas participantes da amostra do ano de 2008. Esses valores são evidenciados no Gráfico 9:

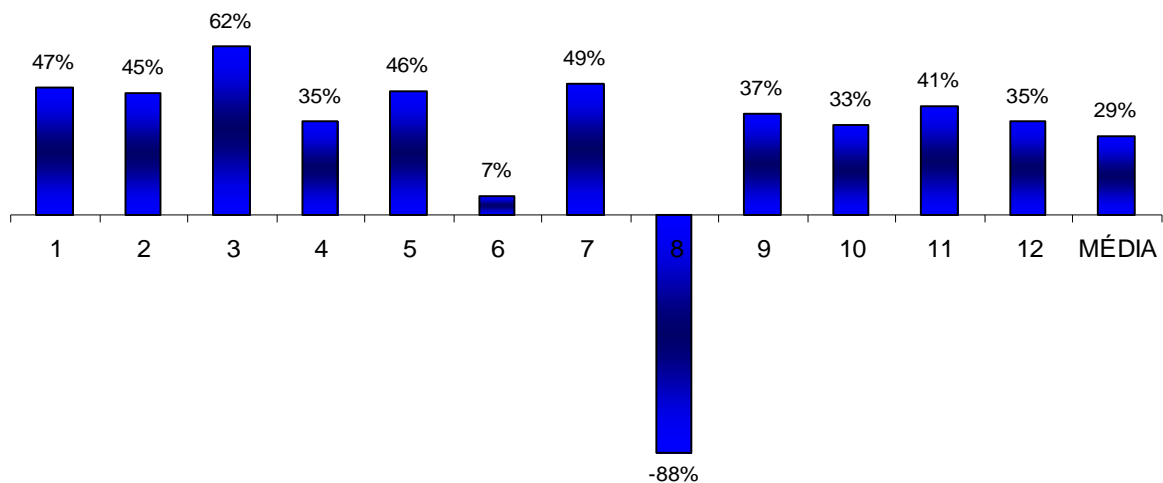


Gráfico 9: Geração de Riqueza por Empresa em 2008
 Fonte: Dados pesquisados

A média do valor agregado pelas empresas foi de 29%, para o exercício de 2008, sofrendo uma redução de treze pontos percentuais em relação a 2007, que apresentou 42%. A redução de 2007 para 2008 foi de aproximadamente 30%.

A Aracruz apresentou valor adicionado negativo de 88% da sua riqueza. Ou seja, cada real “retirado” da sociedade, na forma de receita, ao invés da distribuição de parte deste valor aos agentes econômicos, a empresa precisou de mais 88 centavos para cobrir suas despesas. O valor adicionado negativo ocorre quando, na apuração do valor adicionado, as receitas forem inferiores aos custos dos insumos adquiridos, gerando prejuízo nas transações, fazendo com que o valor gerado seja insuficiente para cobrir a remuneração dos agentes econômicos. Assim, a empresa consome parte dos recursos dos acionistas para realizar a remuneração dos agentes que participam do processo produtivo, em virtude do mau desempenho de suas atividades.

Devido à redução da média do setor, além da Aracruz, apenas mais uma empresa apresentou valor agregado inferior a média, a Braskem, com 7%.

No mesmo período, o restante das empresas (10) agregou valor maior que a média do setor, porém bem abaixo dos anos anteriores. Destaque para a Sid Nacional, que agregou 62% da receita auferida, aumento de oito pontos percentuais em relação ao ano anterior (2007).

A maior queda de geração de valor agregado, foi na empresa 8 (Aracruz), devido ao valor negativo apresentado. Oscilação de 124 pontos percentuais em relação a 2007, que foi de 36%.

Vale ressaltar, que as gerações de valor efetivadas pelas empresas que apresentaram geração de valor adicionado positivo oscilam entre 7 e 62%. A empresa 6 (Braskem) apresentou nova redução, passando de 10% em 2007 para 7% em 2008, redução de três pontos percentuais.

Nota-se que mesmo ocorrendo uma queda brusca na média, sete empresas aumentaram a agregação de valor adicionado, como as empresas 7 (Fosfértil) e 11 (Suzano) que aumentaram quatorze pontos percentuais comparando-se com o ano anterior.

Das empresas analisadas, dez agregaram valor acima da média anual, o que significa um índice de 83%. Os outros 17% (2 empresas) ficaram abaixo da média.

3.5.1 Distribuição do Adicionado por agente econômico – Ano 2008

Nesta seção, apresentam-se as informações referentes à distribuição do valor adicionado, evidenciando quanto cada agente econômico recebeu.

O Gráfico 10 identifica o resultado da pesquisa no ano de 2008.

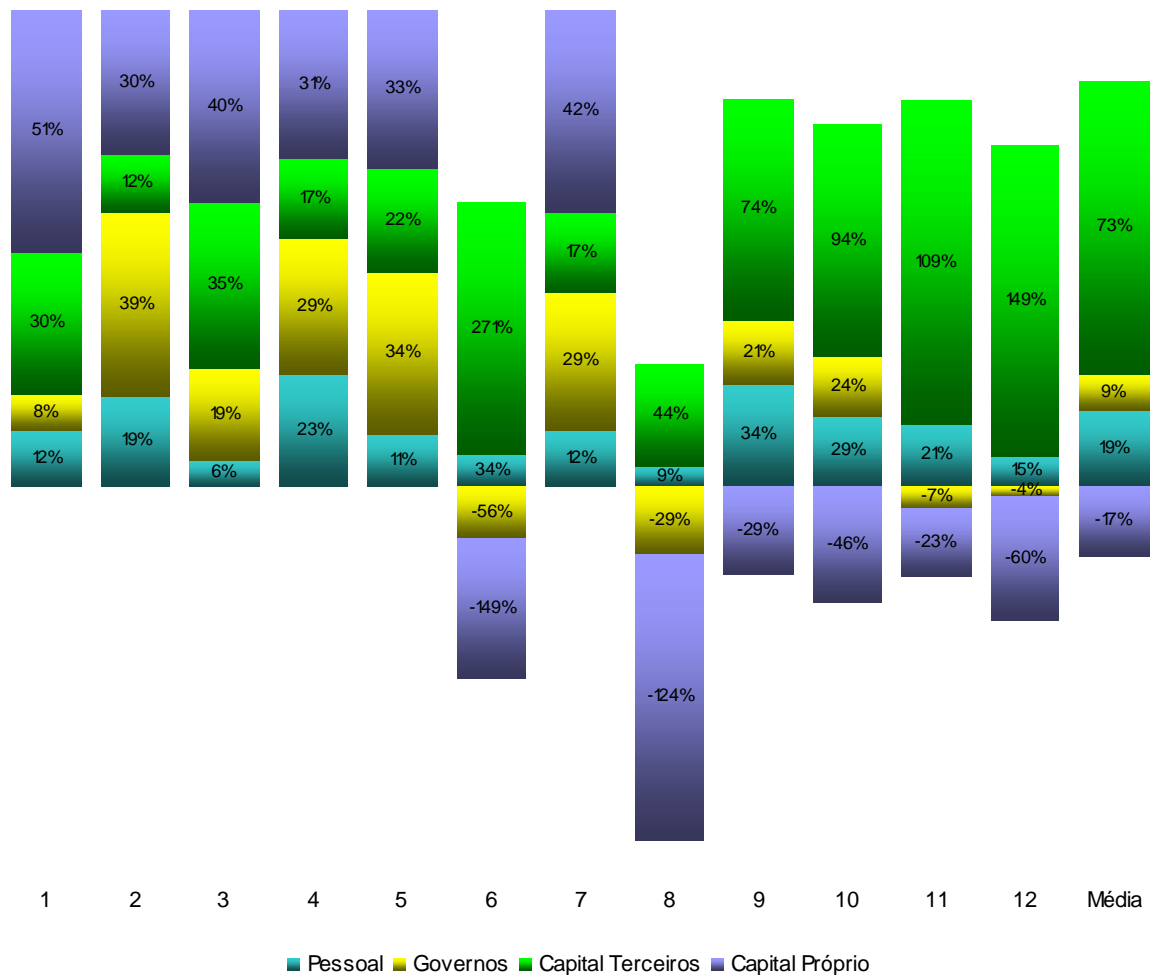


Gráfico 10: Distribuição do valor adicionado em 2008
 Fonte: Dados pesquisados

Verifica-se que a média do ano de 2008 não totalizou os 100% de destinação. Isso aconteceu, pois o valor adicionado da empresa 8 (Aracruz Celulose) no mesmo período foi negativo, ou seja, ao invés de agregar valor, a empresa retirou mais recursos da sociedade, nesse caso dos acionistas, que na média arcaram com 17% do total. O Quadro 8 demonstra esta situação:

Empresa	Pessoal	Governos	Capital Terceiros	Capital Próprio	Total
1	12%	8%	30%	51%	100%
2	19%	39%	12%	30%	100%
3	6%	19%	35%	40%	100%
4	23%	29%	17%	31%	100%
5	11%	34%	22%	33%	100%
6	34%	-56%	271%	-149%	100%
7	12%	29%	17%	42%	100%
8	9%	-29%	44%	-124%	-100%
9	34%	21%	74%	-29%	100%
10	29%	24%	94%	-46%	100%
11	21%	-7%	109%	-23%	100%
12	15%	-4%	149%	-60%	100%
Média	19%	9%	73%	-17%	83%

Quadro 9: Distribuição do valor adicionado em 2008

Fonte: Dados pesquisados

Assim, a média de destinação do valor agregado no ano de 2008, resultou em apenas 83%.

No ano de 2008 seis das doze empresas da amostra contabilizaram prejuízo no período. Nota-se que não foi um bom ano para o setor de Materiais Básicos. A principal remuneração refere-se a juros sobre capital de terceiros, ou seja, as empresas destinaram maior parte da sua riqueza gerada para pagamento de despesas financeiras e juros relativos a empréstimos e financiamentos, e aluguéis. O setor destinou 73% do valor adicionado para essa finalidade. Aumento de 64 pontos percentuais em relação a 2007.

A segunda categoria mais remunerada foi Pessoal, com 19%. A remuneração dos empregados, como não é afetada pelo resultado, foi a única que não sofreu grandes variações no ano de 2008, reduziu apenas dois pontos percentuais.

O governo, devido aos prejuízos contabilizados e conseqüente diferimento de tributos para compensar com lucros futuros, teve sua remuneração bastante reduzida, ficando com 9% da riqueza distribuída, redução de 22 pontos percentuais, cerca de 70% em relação ao ano anterior.

Já a categoria Capital Próprio teve remuneração média de -17%, redução de 56 pontos percentuais comparando-se a 2007. Das 12 empresas analisadas, metade teve prejuízo contábil, apresentando geração de valor adicionado suficiente para remunerar seus empregados, governos, e financiadores. Nesse caso, sua riqueza criada não foi suficiente para remunerar seus sócios, que arcaram, assim, com o prejuízo verificado, impactos da crise econômica ocorrida no ano.

Analisando-se os dados por empresa e por categoria percebe-se que na categoria Pessoal, a empresa 9 (Celulose Irani) foi mais uma vez a que mais remunerou, com 34%, aumento de um ponto percentual em relação a 2007. Para este item, a empresa 3 (Sid Nacional) foi a que menos destinou riqueza, com 6%.

Na categoria Governos, a empresa 2 (Aços Villares) apresentou remuneração de 39%, trinta pontos percentuais acima da média. As empresas 6 (Braskem), 8 (Aracruz), 11 (Suzano) e 12 (Votorantim) apresentaram valor adicionado negativo para os Governos, com -55, -29, -7 e -4%, respectivamente.

A distribuição negativa para os governos deve-se ao fato da empresa apresentar prejuízo contábil, assim ocorre o diferimento dos tributos calculados sobre o lucro líquido, são eles o IRPJ e a CSLL. Esses tributos serão compensados com lucros futuros.

De acordo com o Gráfico 10, verifica-se a grandeza da destinação do valor adicionado para financiadores através de juros sobre capital de terceiros, com destaque para a empresa 6 (Braskem) que remunerou este item em 271% da sua riqueza distribuída, representando 198 pontos percentuais acima da média. A empresa que menos remunerou este item foi a 2 (Aços Villares), com 12%.

Na categoria Capital Próprio são sete as empresas que apresentaram valor negativo para essa remuneração. Destaque para as empresas 6 (Braskem) e 8 (Aracruz Celulose) que obtiveram remuneração de -149% e -124%, respectivamente, para os acionistas e lucros retidos. A empresa que mais remunerou este item foi a 1 (Vale do Rio Doce), com 51%, 68 pontos percentuais acima da média do setor.

3.6 VALOR ADICIONADO DE TODO O PERÍODO ANALISADO

Neste tópico apresentam-se os valores adicionados pelas empresas participantes da amostra de todo o período analisado. Esses valores são ilustrados no Gráfico 11:

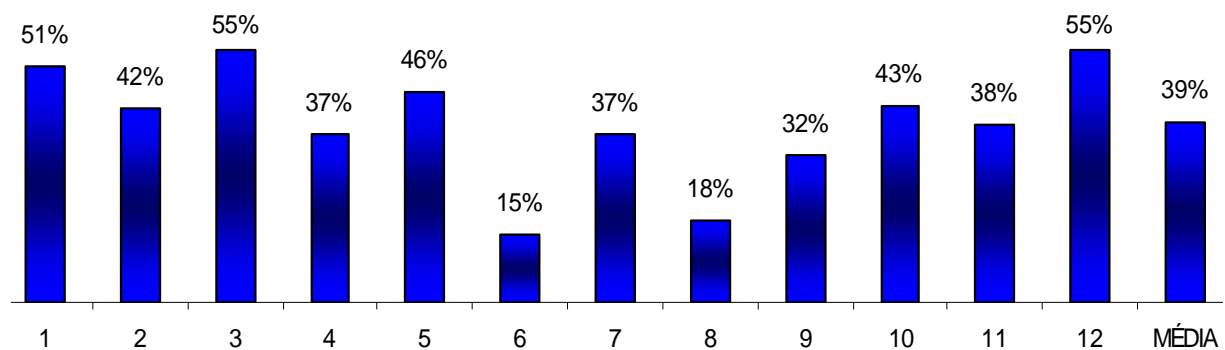


Gráfico 11: Geração de Riqueza por Empresa em todo o período analisado
Fonte: Dados pesquisados

O Gráfico 11 demonstra que em média as empresas do setor agregaram 39% de valor adicionado, ou seja, de cada real “retirado” da sociedade, na forma de receita, 39 centavos foram por elas agregado e posteriormente, distribuídos entre os agentes econômicos. Destaque para as empresas 3 (Sid Nacional) e 12 (Votorantim), que mais agregaram valor adicionado no período analisado, com 55%, dezesseis pontos percentuais acima da média. Ou seja, 41% acima da média e 267% acima do valor agregado pela empresa 6 (Braskem), que foi a que menos agregou de riqueza.

Vale ressaltar, que as gerações de valor efetivadas apresentaram oscilação entre 15 e 55%, diferença de 40 pontos percentuais, valores bastante discrepantes por serem empresas do mesmo setor da economia.

3.6.1 DISTRIBUIÇÃO MÉDIA DO PERÍODO POR ELEMENTO

Nesta seção, apresentam-se as informações referentes à média de distribuição no período, entre os agentes econômicos responsáveis pela geração de riqueza das empresas: Pessoal, Governos, Terceiros e Acionistas.

Para a obtenção destes dados, somou-se os percentuais de valor adicionado distribuídos para cada item de cada ano, e dividiu-se pela quantidade de anos analisados, ou seja, apurou-se a média aritmética simples.

O Gráfico 12 demonstra como se apresenta a distribuição do valor adicionado das empresas estudadas, no período de 2004 a 2008:

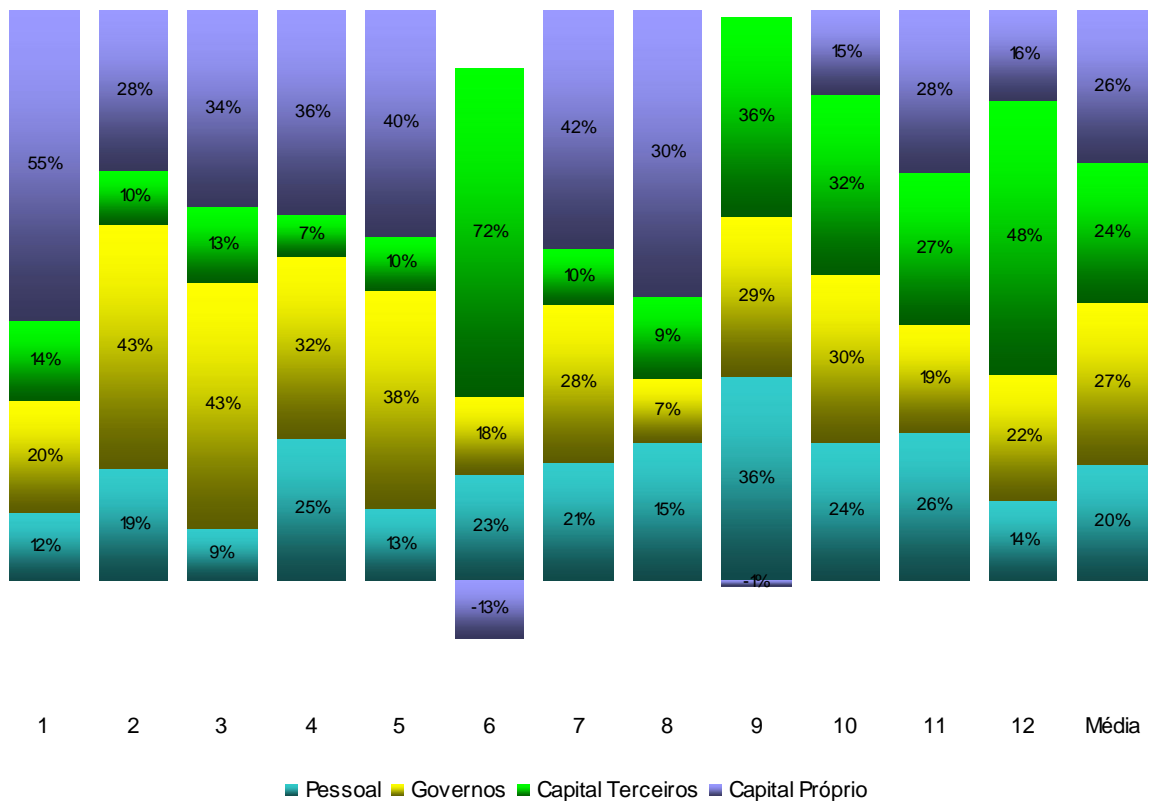


Gráfico 12: Distribuição Média por Elemento no Período
Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que a empresa 6 (Braskem) apresentou remuneração negativa para capital próprio, ou seja, o retorno sobre o capital investido nesta empresa, no período analisado, não foi satisfatório, apresentando prejuízo para seus acionistas.

A seguir são apresentadas as análises para cada agente econômico.

3.6.2 Pessoal

Nos cinco anos analisados neste estudo a distribuição do valor adicionado para esta categoria representou 20% da riqueza gerada. Verifica-se de acordo com o gráfico, que esse valor representa a menor destinação entre os quatro agentes econômicos.

Porém, na amostra destacaram-se algumas empresas com valores relevantes, como é o caso das empresas 4 (Gerdau), 6 (Braskem), 7 (Fosfertil), 9 (Celulose Irani), 10 (Klabin) e 11 (Suzano). Destaque para Celulose Irani que apresentou, para este item, média de 36%, que representou o item mais remunerado para a empresa juntamente com capital de terceiros.

A empresa que menos distribuiu para seus colaboradores foi a 3 (Sid Nacional) que apresentou a menor remuneração para este item em todos os anos estudados, ficando com a média de 9% no período.

3.6.3 Governos

Segundo o gráfico, nota-se que este elemento é o mais remunerado pela riqueza gerada pelas empresas, consumindo em média 27% do valor adicionado pelas empresas no período analisado.

As empresas que no período estudado mais destinaram valor para este item foram a 2 (Aços Villares) e a 3 (Sid Nacional), ambas com 43%, indicando a grandeza da carga tributária a que estas empresas estão submetidas.

Dentre as empresas estudadas a que menos distribuiu para o governo, foi a 8 (Aracruz) com 7%.

3.6.4 Terceiros

No período analisado o capital de Terceiros é o terceiro que mais recebeu destinação do valor adicionado com média no período de 24%.

As empresas que no período estudado mais destinaram valor para este item foram a 6 (Braskem) e a 12 (Votorantim) com 72 e 48%, respectivamente. Destaque para a primeira que apresentou 48 pontos percentuais a mais que a média, ou seja, três vezes a média.

Na análise deste elemento, a grosso modo, quanto menor for a destinação, melhor para a empresa, pois indica que as empresas que menos destinaram para este elemento encontram-se menos endividadas ou sofreram impactos menores com a desvalorização do real frente ao dólar, ocorrida no ano. Entre as empresas que se enquadram nesta situação estão a Gerdau, Aracruz, Aços Villares, Usiminas e Fosfertil com percentuais de 7, 9,10, 10 e 10%, respectivamente.

3.6.5 Acionistas

Segundo o gráfico, nota-se que este elemento é o segundo mais remunerado pela riqueza gerada pelas empresas, consumindo em média 26% do valor adicionado pelas empresas no período analisado.

Nota-se que as empresas que mais distribuíram para este elemento foram Vale do Rio Doce, Fosfertil e Usiminas apresentando percentuais de 55%, 42% e 40%, respectivamente. Essa alta distribuição para referido elemento demonstra que os Acionistas estão obtendo retorno de seus investimentos.

Já as empresas Braskem e Celulose Irani foram as que menor parcela distribuíram para os detentores do capital próprio das empresas, apresentando valor adicionado negativo para este item, com -13 e -1%, respectivamente.

3.7 EVOLUÇÃO DA DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Nesta seção apresenta-se a evolução da distribuição do valor adicionado entre os agentes econômicos no período analisado, ano a ano. Para isso foram utilizadas as médias de remuneração que cada categoria apresentou em cada ano estudado. O Gráfico 13 ilustra essa evolução:

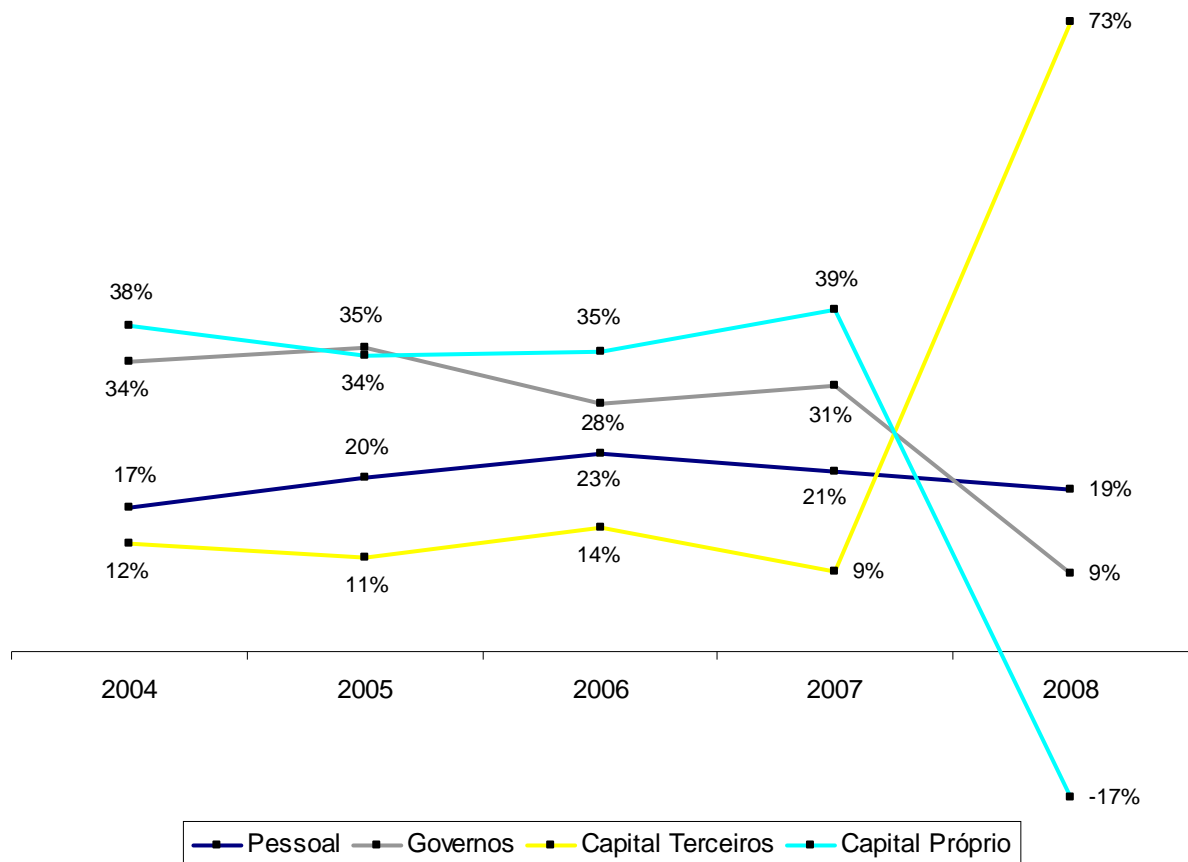


Gráfico 13: Evolução da Distribuição no Período
Fonte: Dados pesquisados

Verifica-se através do gráfico que a remuneração para Pessoal apresentou variações muito pequenas, mantendo-se com aproximadamente 20%. Nota-se que até 2007, esta categoria foi sempre a terceira a receber mais remuneração. Porém em 2008 passou a ser a segunda mais remunerada.

A categoria Governo apresentou uma variação maior. Em 2004 se apresentou como a segunda categoria mais remunerada, aumentando no ano seguinte e ficando em primeiro entre os participantes da distribuição. Em 2006 apresentou nova queda e em 2007 um leve aumento. Porém a queda mais significativa foi em 2008, que foi em torno de vinte pontos percentuais. Isso ocorreu devido ao prejuízo apresentado por algumas empresas do setor, pois como já explicado anteriormente, quando a empresa apresenta prejuízo contábil ocorre o diferimento dos tributos calculados sobre o lucro líquido, são eles o IRPJ a CSLL. Esses tributos serão compensados com lucros futuros.

O item capital de terceiros foi o menos remunerado entre os anos de 2004 a 2007, apresentando remuneração entre 10 e 15%. Porém em 2008, apresentou um aumento bastante elevado, passando a apresentar um valor próximo a 80% do valor distribuído. Isso mostra a necessidade do setor de contrair mais financiamentos e a custos altos, para gerir o negócio no ano de 2008. Possivelmente, fruto da crise econômica mundial e da grande desvalorização do real frente ao dólar, resultando em prejuízos cambiais muito fortes.

Já a remuneração para os acionistas apresentou situação contrária ao item anterior – capital de terceiro. A categoria Capital Próprio figurou entre as mais remuneradas entre 2004 e 2007, em torno de 40% do valor agregado. No entanto, em 2008, apresentou uma queda brusca, ficando com – 17%. Assim como o caso dos Governos, isso se deve ao fato do prejuízo contabilizado por algumas empresas do setor.

3.8 VALOR ADICIONADO POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO

Neste tópico apresentam-se os valores adicionados analisados por segmentos de atuação das empresas dentro do setor de Materiais Básicos, do período de 2004 a 2008. Esses valores são ilustrados no Gráfico 14:

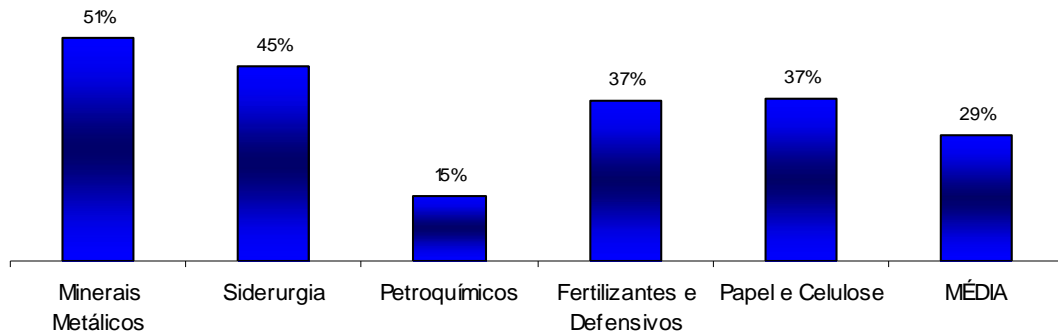


Gráfico 14: Geração de Riqueza por Segmento em todo o período analisado
Fonte: Dados pesquisados

O Gráfico apresentado **Erro! Fonte de referência não encontrada.** demonstra que apenas o segmento de Petroquímicos teve valor adicionado menor que a média no período analisado, com 15%. Os outros segmentos apresentaram agregação de valor acima da média. Destaque para o segmento de Minerais Metálicos, que apresentou 51% de valor agregado, 22 pontos percentuais acima da média.

3.8.1 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO

Conforme demonstrado anteriormente, as empresas da amostra atuam em diferentes segmentos dentro do setor de Materiais Básicos. Dessa forma é possível fazer uma análise comparando a destinação do valor adicionado entre os segmentos que cada empresa atua, são eles: Minerais Metálicos, Siderurgia, Petroquímicos, Fertilizantes e Defensivos, e Papel e Celulose.

O Quadro 9 identifica a distribuição média do valor adicionado por segmento entre os anos de 2004 a 2008.

Segmento	Pessoal	Governos	Capital Terceiros	Capital Próprio	Total
Minerais Metálicos	12%	20%	14%	55%	100%
Siderurgia	17%	39%	10%	34%	100%
Petroquímicos	23%	18%	72%	-13%	100%
Fertilizantes e Defensivos	21%	28%	10%	42%	100%
Papel e Celulose	23%	21%	30%	18%	92%

Quadro 10: Distribuição do valor adicionado por segmento de atuação
Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que a média de distribuição do segmento de Papel e Celulose não totalizou os 100% como os outros segmentos. Isso ocorreu, pois a empresa que apresentou valor adicionado negativo em 2008 é representante do mesmo. Ao invés dela agregar valor, a mesma retirou mais recursos da sociedade, nesse caso dos acionistas.

Assim, a média de destinação do valor agregado para este segmento, resultou em apenas 92%.

O Gráfico 15 evidencia a distribuição do valor adicionado por segmento de atuação entre os anos de 2004 a 2008.

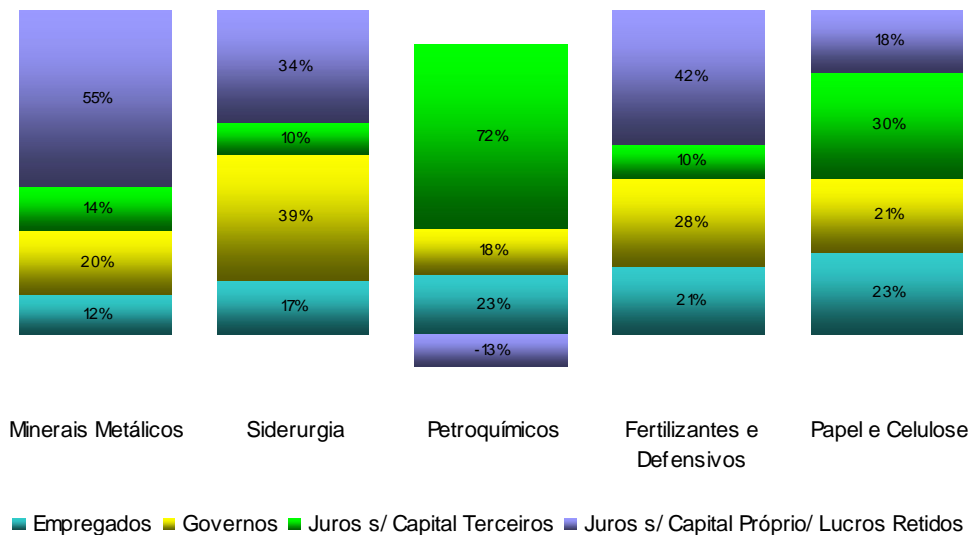


Gráfico 15: Distribuição do valor adicionado por segmento
Fonte: Dados pesquisados

De acordo com o Gráfico 15, nota-se que o segmento de Minerais Metálicos foi o que mais destinou valor adicionado para juros sobre o capital próprio e lucros retidos no período de 2004 a 2008, com média de 55%. Porém foi a que menos remunerou os empregados com 12% da riqueza criada.

O segmento Siderurgia teve como agente econômico mais remunerado, os governos, com 39%. O mesmo segmento foi o que menos destinou riqueza para terceiros, através de juros sobre capital de terceiros, com apenas 10% da destinação total.

Os financiadores tiveram sua remuneração bastante elevada no segmento de Petroquímicos, 72% do valor adicionado, nível muito elevado em relação ao setor, conforme explícito no Gráfico 8. Os acionistas do segmento tiveram prejuízo, com valor adicionado de -

13%. Nota-se que foi o único segmento que apresentou destinação de valor adicionado negativo para juros sobre capital próprio e lucros retidos. Com exceção do segmento de Petroquímicos, os acionistas tiveram retorno sobre seus investimentos no setor analisado. No entanto, os empregados do segmento foram os mais remunerados em termos relativos.

No segmento de Fertilizantes e Defensivos a maior destinação de valor adicionado foi para juros sobre capital próprio e lucros retidos com 42%, e a menor remuneração foi para os juros sobre capital de terceiros com 10%.

O segmento de Papel e Celulose teve como item mais remunerado os juros sobre capital de terceiros com 30%. Neste segmento os outros três agentes de distribuição tiveram remunerações parecidas, variando entre 18 e 23% da riqueza gerada.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Neste capítulo, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, a opinião do pesquisador e as sugestões para futuros trabalhos.

4.1 CONCLUSÕES

Uma das formas de se medir a crescente interação entre as empresas e a comunidade com a qual se relaciona, é por meio da análise da riqueza criada pela empresa e pela forma como essa riqueza é distribuída. O relatório contábil que fornece tais informações é a Demonstração do Valor Adicionado, a qual era publicada, até o ano de 2007, por poucas empresas no Brasil, mas que se tornou obrigatória, por lei, para um número maior de empresas.

A escolha da Demonstração do Valor Adicionado, como instrumento de medição da distribuição da riqueza pelas empresas, está ligada diretamente ao fato deste demonstrativo ser de simples compreensão e assimilação por todos os usuários das informações contábeis.

Conforme mencionado, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar a destinação das riquezas geradas pelas empresas do setor de Materiais Básicos listadas na BM&FBOVESPA, partindo da análise de informações contidas nas Demonstrações do Valor Adicionado publicadas por tais empresas. Os resultados obtidos atendem a esse objetivo, quando se conclui que as empresas participantes da amostra destinam a maior parte do valor agregado para o Governo (27%), sob a forma de impostos, taxa e contribuições. Em segundo lugar vêm os acionistas (26%), seguido da remuneração para terceiros (24%) e por último os empregados (20%).

Para o alcance do objetivo deste estudo, a investigação da pesquisa foi conduzida por meio da análise documental, aplicada nas DVA's disponíveis no *site* da BM&FBOVESPA. Entre os anos de 2004 a 2008, como a publicação desta demonstração era facultativa as DVA's foram extraídas das Notas Explicativas. Apenas uma empresa publicava essa a demonstração no Relatório da Administração.

A pesquisa apresentou quatro objetivos específicos que foram necessários para o alcance do objetivo geral. Todos esses objetivos específicos foram atingidos.

Para alcançar o objetivo específico – identificar quanto representa o valor agregado pelas empresas da amostra – foi realizada a comparação entre o valor adicionado distribuído e a receita auferida pela empresa no período.

Verificou-se que em média as empresas destinaram, como valor adicionado, aproximadamente 40% da riqueza auferida. Apenas no ano de 2008, a média caiu para 29%. Essa queda foi causada pelo prejuízo apurado em muitas empresas no ano mencionado, fruto da crise econômica mundial.

Quanto ao objetivo específico – avaliar a participação dos agentes na distribuição de riqueza pelas empresas da amostra – o estudo aponta os seguintes resultados ano a ano:

Em 2004, os acionistas, através de juros sobre capital próprio e lucros retidos, foram os agentes mais remunerados com 38%, acompanhados dos Governos e empregados com 34% e 17% de remuneração respectivamente. Por último ficaram os financiadores, com 12%. Nesse mesmo ano a empresa Aracruz Celulose foi a que mais remunerou os acionistas com 66%.

Em 2005, a destinação de riqueza foi maior para os governos, com 35%. Em seguida ficaram os acionistas com 34%. Assim como em 2004, empregados e financiadores foram os menos remunerados. A empresa Aracruz Celulose remunerou seus acionistas com 69% do valor distribuído.

Em 2006 e 2007, o setor voltou a apresentar perfil de distribuição semelhante ao de 2004, com os acionistas sendo os agentes mais remunerados, seguidos dos governos, empregados e financiadores.

Em 2008, os financiadores foram, através de juros sobre capital de terceiros, os agentes contemplados com o maior percentual do valor adicionado, com 73%. Possivelmente isso foi fruto da crise econômica mundial e da grande desvalorização do real frente ao dólar, resultando em prejuízos cambiais muito fortes. Em seguida, ficaram os empregados e governos, com 19 e 9% da riqueza distribuída, respectivamente. Os acionistas tiveram remuneração de -17% devido ao prejuízo apresentado por algumas empresas. A empresa Braskem apresentou distribuição de -149% aos seus acionistas.

Quanto ao objetivo específico – verificar a evolução das destinações para cada agente econômico – conclui-se que o elemento pessoal apresentou variações muito pequenas, mantendo-se com aproximadamente 20%. A categoria governos se manteve entre os mais remunerados até 2007, já em 2008 apresentou uma redução considerável. Este também foi o comportamento do

elemento referente aos acionistas, porém a redução em 2008 foi muito maior, passando a ser o item menos remunerado. Situação inversa ocorreu na categoria capital de terceiros até 2007 figura como o menos remunerado, e em 2008 passou a ser o agente econômico com maior destinação do valor adicionado.

Quanto ao objetivo comparar os perfis da distribuição de riqueza realizadas pelos diferentes segmentos do setor de Materiais Básicos, foram apresentados os seguintes resultados:

Em linhas gerais, os segmentos de Minerais Metálicos e Siderurgia foram os que mais remuneraram, em termos relativos, os acionistas e governos. Financiadores e empregados foram contemplados com maior remuneração em relação ao valor adicionado distribuído, no segmento de Petroquímicos.

“Fertilizantes e Defensivos” distribuiu 42% da riqueza para os acionistas. Já “Papel e Celulose” apresentou distribuição de 30% para juros sobre capital de terceiros.

4.2 OPINIÃO DO PESQUISADOR

Analisar a distribuição do valor adicionado das empresas do setor de Materiais Básicos exigiu do pesquisador a leitura das Notas Explicativas e dos Relatórios da Administração das 58 empresas do setor, pois no período de 2004 a 2007 a publicação da DVA era feita de forma voluntária em um desses relatórios.

Para surpresa do pesquisador, apenas 12 das 58 empresas publicaram a DVA em todos os anos, entre 2004 e 2007. O responsável pela elaboração dessa demonstração é o contador, pois ninguém melhor do que ele para executar essa tarefa, pois ele sabe como os recursos foram alocados para cada conta, e o que essas contas podem fornecer de informações para que se elaborem os relatórios necessários. Assim o contador é o profissional mais preparado para lidar com os assuntos sobre a riqueza das empresas.

A DVA contém informações que sozinhas são conclusivas e bastante úteis. Assim, é possível afirmar que os indicadores retirados desse demonstrativo constituem-se num excelente indicador da destinação das riquezas, à disposição da sociedade.

A elaboração e divulgação da DVA podem, ainda, servir como instrumento de *marketing* para a própria Contabilidade, ou seja, é a oportunidade que a ciência contábil tem para mostrar seu alcance e utilidade para aqueles que não a vêem assim.

4.3 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Para futuros trabalhos baseados neste tema, sugere-se os seguintes tópicos:

- Realizar o mesmo tipo de pesquisa em anos posteriores, a fim de verificar a distribuição de riquezas ao longo dos anos;
- Realizar o mesmo tipo de pesquisa em outro setor de mercado;
- Realizar a pesquisa comparando os resultados com outros setores;
- Realizar um estudo de caso com entrevista semi-estruturada sobre valores discrepantes em relação à média.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre as sociedades por ações e de grande porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em 20/10/2008.

_____. **Parecer de Orientação CVM nº 24, de 15 de janeiro de 1992**. Dispõe sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e respectivos auditores independentes aplicáveis às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1991. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=P&File=%5Cpare%5Cpare024.doc>. Acesso em 23/11/2008.

_____. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.htm>>. Acesso em 23/11/2008.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BOVESPA. Disponível em: < www.bovespa.com.br >. Acesso em: 15/04/2009.

CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. McGraw-Hill do Brasil. 3.ed. São Paulo : 1983.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: **Pronunciamento Técnico – CPC- 09 Demonstração do Valor Adicionado**. Brasília, out.2008.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**. São Paulo, Edição Comemorativa, p.7-29, 09/2003.

CUNHA, Jaqueline Alves Veneroso da; RIBEIRO, Maísa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, ano XVI, v. 2, n. 37, p. 7-23, jan./abr. 2005.

DÉLAMO, Alfonso Silva. O balanço social, utopia ou realidade na empresa Latino-Americana. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (org.) **Balanço Social na América Latina**. Tradução Maria Aparecida Ataliba de L.Gonçalves. Livraria Pioneira Editora. São Paulo: 1980.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

FREIRE, Fátima de Souza; REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. **Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro.** In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (org.). Balanço social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZALEZ, Roberto Souza. Balanço social – um disclosure necessário. In: SEMINARIO MERCADO DE CAPITAIS E BALANÇO SOCIAL. 2001, São Paulo. **Apostila...** São Paulo: ABAMEC, 2001.

HENDRIKSEN & BREDÁ. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. **Sistema de contas nacionais – Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento de contas nacionais do IBGE, 1997.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade.** São Paulo, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sergio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades).** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu. Valor Adicionado – alguns conceitos econômicos que ajudam a entender a demonstração contábil. **Temática Contábil e Balanços,** Boletim IOB, n. 8, 1998.

MARTINS, Eliseu. In: BRAZ, Adriana. A importância do balanço social. **Revista Mercado de Capitais.** São Paulo: nº 176, 12-13, jan/fev.1999.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, Cesar. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor.** 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MENDES, Abadia Eleuza, et al. Balanço social: exercício de cidadania. **Revista de Contabilidade do CRC-SP.** São Paulo: ano II, nº 6, 76-82, nov 1998.

MOURA, Verônica de Miglio; BEUREN, Ilse Maria. O papel da controladoria como suporte ao processo de gestão empresarial. **Revista Brasileira de Contabilidade,** Brasília, Ano XXIX, n. 126, p. 59-67, Nov/Dez. 2000.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras.** Frase, 14 ed., 2005.

PEROTTONI, Marco Antônio. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade,** Brasília, n. 134, ano 31, mar./abr. 2002.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis – estrutura e análise.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

RIBEIRO, Maisa de Souza, LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social: instrumento de divulgação da interação da empresa com a sociedade. In: Encontro da ANPAD, 23º, 1999, Rio de Janeiro. **Anais...**,1999.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações financeiras**: mudanças na lei das sociedades por ações. São Paulo: Saraiva, 2008.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração Contábil do valor adicionado – DVA**: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas. 1999. 265 f Tese (Livro Docência em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia de pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVEIRA, Amélia. **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias**. 2. ed. Blumenau: Edifurb, 2004.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Apec, V. I, 1975.

SUCUPIRA, João A. Ética nas empresas e balanço social. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (org.). **Balanço social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.

TAYLOR, Robert. Balanço social: instrumental de avaliação de desempenho e correção do planejamento social na vida da empresa. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (org.). **Balanço social na América Latina**. Tradução Maria Aparecida Ataliba de L. Gonçalves. São Paulo: Pioneira, 1980.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social e contabilidade de recursos humanos**. In: SEMINÁRIO BALANÇO SOCIAL – UMA IDEIA VIVA (3º. GRUPO). 1997, São Paulo. **Apostila...** São Paulo: JCA Treinamentos e FIPECAFI – FEA/USP, 1997.

VIEIRA, Sérgio de Jesus. **Modelo de análise da demonstração do valor adicionado para a gestão das empresas**. 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A: MONTANTES DA RECEITA, VALOR ADICIONADO TOTAL E SUA DISTRIBUIÇÃO – 2004 A 2008

APÊNDICE A

MONTANTES DA RECEITA, VALOR ADICIONADO TOTAL E SUA DISTRIBUIÇÃO – 2004 A 2008

EMPRESA 1 – CIA VALE DO RIO DOCE (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	29.020.000,00	35.350.000,00	46.746.486,00	77.913.898,00	90.472.916,00
Valor Distribuído	14.303.000,00	18.663.000,00	25.655.293,00	40.210.505,00	42.933.861,00
%	49,29%	52,79%	54,88%	51,61%	47,45%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	1.885.000	1.884.000	3.311.740	5.020.864	5.046.464
Pessoal (%)	13,18%	10,09%	12,91%	12,49%	11,75%
Governos	2.862.000	4.510.000	5.693.359	9.677.839	3.310.554
Governos (%)	20,01%	24,17%	22,19%	24,07%	7,71%
Capital Terceiros	2.353.000	790.000	2.110.034	3.952.304	12.864.997
Capital Terceiros (%)	16,45%	4,23%	8,22%	9,83%	29,96%
Capital Próprio	7.203.000	11.479.000	14.540.160	21.559.498	21.711.846
Capital Próprio (%)	50,36%	61,51%	56,68%	53,62%	50,57%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA 2 - AÇOS VILLARES S.A. (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	2.193.263	2.192.911	2.082.083	2.530.003	2.883.090
Valor Distribuído	934.016	943.342	864.914	983.684	1.297.331
%	42,59%	43,02%	41,54%	38,88%	45,00%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	167.353	174.238	182.040	207.558	244.526
Pessoal (%)	17,92%	18,47%	21,05%	21,10%	18,85%
Governos	439.750	464.420	331.887	401.911	502.860
Governos (%)	47,08%	49,23%	38,37%	40,86%	38,76%
Capital Terceiros	87.908	84.965	99.573	56.775	158.169
Capital Terceiros (%)	9,41%	9,01%	11,51%	5,77%	12,19%
Capital Próprio	239.005	219.719	251.414	317.450	391.776
Capital Próprio (%)	25,59%	23,29%	29,07%	32,27%	30,20%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA 3 - CIA SIDERURGICA NACIONAL (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	10.089.000	12.182.539	11.137.990	14.200.945	22.925.236
Valor Distribuído	5.892.000	6.620.012	5.114.260	7.624.368	14.322.440
%	58,40%	54,34%	45,92%	53,69%	62,47%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	440.000	612.776	674.353	696.573	815.199
Pessoal (%)	7,47%	9,26%	13,19%	9,14%	5,69%
Governos	2.867.000	3.133.833	2.807.183	3.483.876	2.762.501
Governos (%)	48,66%	47,34%	54,89%	45,69%	19,29%
Capital Terceiros	196.000	868.121	465.199	521.569	4.970.592
Capital Terceiros (%)	3,33%	13,11%	9,10%	6,84%	34,70%
Capital Próprio	2.389.000	2.005.282	1.167.525	2.922.350	5.774.148
Capital Próprio (%)	40,55%	30,29%	22,83%	38,33%	40,32%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA 4 - GERDAU S.A. (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	23.274.497	25.239.426	28.735.903	33.705.140	46.201.377
Valor Distribuído	9.812.671	10.410.118	9.949.266	10.457.676	15.976.003
%	42,16%	41,25%	34,62%	31,03%	34,58%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	2.163.218	2.445.590	2.699.341	3.012.483	3.751.786
Pessoal (%)	22,05%	23,49%	27,13%	28,81%	23,48%
Governos	4.028.614	4.236.392	2.391.054	2.664.659	4.560.565
Governos (%)	41,06%	40,69%	24,03%	25,48%	28,55%
Capital Terceiros	385.952	482.896	597.393	477.568	2.718.754
Capital Terceiros (%)	3,93%	4,64%	6,00%	4,57%	17,02%
Capital Próprio	3.234.887	3.245.240	4.261.478	4.302.966	4.944.898
Capital Próprio (%)	32,97%	31,17%	42,83%	41,15%	30,95%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA 5 - USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	15.746.534	16.879.513	16.238.606	18.437.867	21.046.008
Valor Distribuído	7.659.819	8.504.632	6.562.725	7.815.190	9.710.614
%	48,64%	50,38%	40,41%	42,39%	46,14%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	870.934	903.206	980.465	1.155.201	1.091.576
Pessoal (%)	11,37%	10,62%	14,94%	14,78%	11,24%
Governos	2.977.663	3.006.822	2.619.184	3.410.423	3.294.587
Governos (%)	38,87%	35,36%	39,91%	43,64%	33,93%
Capital Terceiros	792.356	676.170	447.615	77.671	2.100.018
Capital Terceiros (%)	10,34%	7,95%	6,82%	0,99%	21,63%
Capital Próprio	3.018.866	3.918.429	2.515.461	3.171.895	3.224.433
Capital Próprio (%)	39,41%	46,07%	38,33%	40,59%	33,21%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA 6 - BRASKEM S.A. (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	16.055.380	16.936.958	16.653.876	22.203.034	22.685.640
Valor Distribuído	3.718.245	3.843.562	1.836.373	2.272.630	1.641.582
%	23,16%	22,69%	11,03%	10,24%	7,24%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	472.690	586.592	517.885	588.794	561.843
Pessoal (%)	12,71%	15,26%	28,20%	25,91%	34,23%
Governos	1.341.400	2.006.106	176.377	1.040.761	(911.825)
Governos (%)	36,08%	52,19%	9,60%	45,80%	-55,55%
Capital Terceiros	1.084.003	591.397	1.011.135	(219.619)	4.445.168
Capital Terceiros (%)	29,15%	15,39%	55,06%	-9,66%	270,79%
Capital Próprio	820.152	659.467	130.976	862.694	(2.453.604)
Capital Próprio (%)	22,06%	17,16%	7,13%	37,96%	-149,47%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA 7 - FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A.- FOSFERTIL (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	2.531.417	2.240.738	2.277.053	2.686.797	3.737.520
Valor Distribuído	1.040.310	684.981	625.595	945.224	1.822.438
%	41,10%	30,57%	27,47%	35,18%	48,76%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	163.328	187.926	180.001	186.026	214.156
Pessoal (%)	15,70%	27,44%	28,77%	19,68%	11,75%
Governos	295.326	163.041	153.293	305.152	530.231
Governos (%)	28,39%	23,80%	24,50%	32,28%	29,09%
Capital Terceiros	130.261	69.191	63.300	10.056	305.392
Capital Terceiros (%)	12,52%	10,10%	10,12%	1,06%	16,76%
Capital Próprio	451.395	264.824	229.001	443.990	772.659
Capital Próprio (%)	43,39%	38,66%	36,61%	46,97%	42,40%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA 8 - ARACRUZ CELULOSE S.A. (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	3.441.295	3.351.524	3.943.693	3.966.138	3.816.990
Valor Distribuído	1.620.331	1.691.923	1.766.034	1.435.788	(3.374.808)
%	47,08%	50,48%	44,78%	36,20%	-88,42%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	195.561	251.253	278.545	300.840	305.935
Pessoal (%)	12,07%	14,85%	15,77%	20,95%	-9,07%
Governos	303.788	327.176	168.572	208.288	(973.325)
Governos (%)	18,75%	19,34%	9,55%	14,51%	28,84%
Capital Terceiros	52.485	(49.201)	151.267	(129.394)	1.485.024
Capital Terceiros (%)	3,24%	-2,91%	8,57%	-9,01%	-44,00%
Capital Próprio	1.068.497	1.162.695	1.167.650	1.056.054	(4.192.442)
Capital Próprio (%)	65,94%	68,72%	66,12%	73,55%	124,23%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA 9 - CELULOSE IRANI S.A. (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	366.740	361.141	378.995	443.864	504.123
Valor Distribuído	111.739	101.639	109.576	160.465	188.329
%	30,47%	28,14%	28,91%	36,15%	37,36%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	36.994	41.363	45.381	53.394	63.401
Pessoal (%)	33,11%	40,70%	41,42%	33,27%	33,67%
Governos	36.294	34.597	34.175	39.959	39.877
Governos (%)	32,48%	34,04%	31,19%	24,90%	21,17%
Capital Terceiros	20.573	25.080	31.808	52.517	139.274
Capital Terceiros (%)	18,41%	24,68%	29,03%	32,73%	73,95%
Capital Próprio	17.878	598	(1.788)	14.595	(54.223)
Capital Próprio (%)	16,00%	0,59%	-1,63%	9,10%	-28,79%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA 10 - KLABIN S.A. (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	3.315.457	3.358.912	3.370.633	3.498.259	3.862.552
Valor Distribuído	1.439.861	1.319.467	1.519.961	1.815.161	1.290.652
%	43,43%	39,28%	45,09%	51,89%	33,41%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	316.614	355.580	352.350	363.606	369.229
Pessoal (%)	21,99%	26,95%	23,18%	20,03%	28,61%
Governos	453.047	365.598	495.683	578.340	309.502
Governos (%)	31,46%	27,71%	32,61%	31,86%	23,98%
Capital Terceiros	214.656	289.181	198.436	269.592	1.211.680
Capital Terceiros (%)	14,91%	21,92%	13,06%	14,85%	93,88%
Capital Próprio	455.544	309.108	473.492	603.623	(599.759)
Capital Próprio (%)	31,64%	23,43%	31,15%	33,25%	-46,47%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA 11 - SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	3.017.532	3.201.048	3.609.375	4.732.939	4.876.108
Valor Distribuído	1.415.301	1.257.555	1.374.374	1.297.512	1.974.586
%	46,90%	39,29%	38,08%	27,41%	40,50%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	288.976	344.224	379.009	392.100	409.557
Pessoal (%)	20,42%	27,37%	27,58%	30,22%	20,74%
Governos	346.983	359.753	368.361	326.045	(143.623)
Governos (%)	24,52%	28,61%	26,80%	25,13%	-7,27%
Capital Terceiros	176.383	53.755	183.315	42.766	2.159.960
Capital Terceiros (%)	12,46%	4,27%	13,34%	3,30%	109,39%
Capital Próprio	602.959	499.823	443.689	536.601	(451.308)
Capital Próprio (%)	42,60%	39,75%	32,28%	41,36%	-22,86%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

EMPRESA 12 - VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A. (Reais Mil)					
Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
GERAÇÃO DA RIQUEZA					
Receita/Riqueza	3.754.998	3.924.744	4.358.093	3.753.212	6.357.074
Valor Distribuído	1.994.495	1.885.545	2.212.614	3.350.095	2.198.396
%	53,12%	48,04%	50,77%	89,26%	34,58%
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA					
Pessoal	234.061	294.467	359.303	363.533	332.433
Pessoal (%)	11,74%	15,62%	16,24%	10,85%	15,12%
Governos	700.101	699.178	658.458	479.264	(94.353)
Governos (%)	35,10%	37,08%	29,76%	14,31%	-4,29%
Capital Terceiros	267.826	339.770	216.979	1.669.700	3.270.663
Capital Terceiros (%)	13,43%	18,02%	9,81%	49,84%	148,77%
Capital Próprio	792.507	552.130	977.874	837.598	(1.310.347)
Capital Próprio (%)	39,73%	29,28%	44,20%	25,00%	-59,60%
Total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%